

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Isac Costa Penhor

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e o Estado de Direito

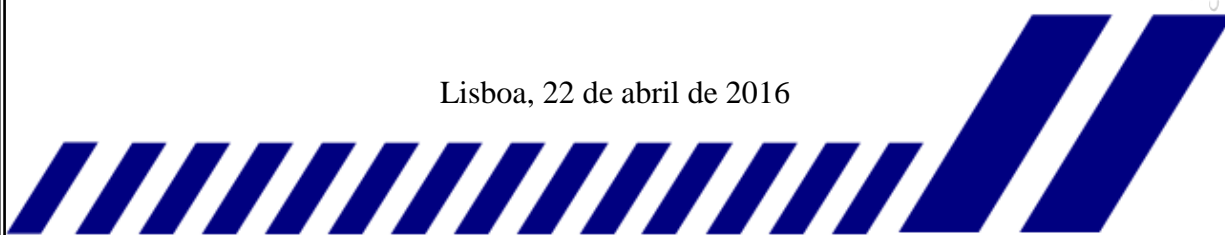
Democrático:

Uma Polícia ao Serviço da Democracia em São Tomé e Príncipe

Orientador:

Professor Catedrático Germano Marques da Silva

Lisboa, 22 de abril de 2016





Isac Costa Penhor

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e o Estado de Direito
Democrático:**

Um Polícia ao Serviço da Democracia em São Tomé e Príncipe

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Catedrático Germano Marques da Silva.



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Autor: Isac Costa Penhor

Curso: XXVIII – Mestrado Integrado em Ciências Policiais

Título da obra: Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e o Estado de Direito Democrático:
Uma Polícia ao Serviço da Democracia em São Tomé e Príncipe

Orientador: Professor Catedrático Germano Marques da Silva

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 22 de abril de 2016



“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”

(Mahatma Gandhi, 1951)

A Deus,
Aos meus pais e irmãos,
Ao meu filho Isandro Penhor,
A toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me privilegiado, e muitíssimo orgulhoso pela profissão que abracei, o espírito de justiça, humildade, e de compromisso com a sociedade e com o meu país fazem-me ter a convicção que fiz a escolha certa.

Quero fazer uso destas frases como forma de reconhecimento a todos que, direta ou indiretamente, estiveram comigo nesta espinhosa, mas reconfortante jornada.

A Deus, por iluminar sempre os meus caminhos.

Aos meus pais, por serem quem são e pelas lições da vida que me transmitiram.

À Beatriz e a Sandra, pelo apoio prestado sempre que eu precisei, pois foram o meu alicerce, a minha motivação e o meu porto-seguro. Abdicaram de muitos seus a fazeres para prestar-me apoio nos momentos que eu precisava.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), pelas oportunidades, pelos valores e pelos conhecimentos que me transmitiu, não esquecendo dos Docentes, todo o Quadro Orgânico e os meus Orientadores de Estágio.

Ao meu Orientador, Professor Catedrático Germano Marques da Silva, pela disponibilidade, pelos conhecimentos partilhados, pela amizade e por todo o apoio prestado durante a realização da presente Dissertação.

Ao Subcomissário João Pedro Cravid, pela amizade, disponibilidade e pela colaboração neste trabalho.

A todos os entrevistados, pelo contributo fundamental para a realização do estudo.

E, por último, mas não menos importante, a todos os meus camaradas do ISCPSI, priorizando os meus camaradas do XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia por estes fantásticos cinco anos repletos de experiências enriquecedoras.

A todos, o meu MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Com a evolução da sociedade, a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, tem sentido cada vez mais a necessidade de adequar a sua atividade as exigências da sociedade moderna. Com isto, é incontestável o papel da sociedade em influenciar a ação policial. A legitimidade na atuação é uma das exigências para uma melhoria na proteção das pessoas e dos seus bens. Há uma grande necessidade de haver um reconhecimento por parte dos beneficiários dessa atividade (os cidadãos) de que a mesma ação seja útil e necessário.

Numa organização como a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, onde as suas competências são exercidas em todo o espaço territorial, a sua atuação deve ser uma marca reconhecida em qualquer espaço nacional. Num país como São Tomé e Príncipe que enfrenta algumas fragilidades, sociais e económicas, o papel da Polícia Nacional na proteção de pessoas e seus bens torna-se fundamental. Essa proteção deve respeitar o pilar essencial do Estado de direito democrático e direitos constitucionalmente protegidos.

A necessidade de preocupar-se primeiramente com a dignidade da pessoa humana na atuação e respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos constitui condição *sine qua non* para o sucesso da instituição e um maior reconhecimento do seu trabalho. Neste sentido, para que a Polícia tenha sucesso no desempenho da sua missão, e desta forma conduzir à concretização dos objetivos institucionais, todos os elementos devem consciencializar-se em pautar a sua atuação pelo respeito dos requisitos constitucionais.

Palavras-chave: Estado de direito democrático; Polícia Nacional; São Tomé e Príncipe; Atuação policial.

ABSTRACT

As society evolves, the National Police has been feeling the need to adapt its activity to the demands of modern societies. It is without doubt that societies have an active role in influencing policing. Legitimacy is a demand for better protecting people and property. There is a need for the beneficiary of such activities (citizens) to recognize policing as useful and necessary.

In an organization such as the São Tomé and Príncipe National Police, in which competences are exercised in all of São Tomé, the policing activity must be recognized in the full extent of the territory. In a country as São Tomé and Príncipe, that currently faces some social and economic fragilities, the role of its Police in protecting people and property is of substance. This protection must abide the essential pillars of the democratic State and the constitutionally protected rights. For the police institution to succeed and for its work to be recognized it must worry beforehand with the basic human dignity and fundamental constitutional rights in what policing activities are concerned.

Therefore, for the Police to succeed in performing its mission, and to contribute to accomplish institutional goals, all policemen must abide by the requirements of the democratic State under the rule of Law.

Keywords: Democratic State under the rule of Law; National Police; São Tomé and Príncipe; Policing.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xi
I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	1
INTRODUÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO	1
JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	2
PERGUNTA DE PARTIDA	3
OBJETIVOS.....	3
METODOLOGIA	4
SÍNTESE DOS CAPÍTULOS	5
CAPÍTULO 1 - ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO	7
1.1 Estado de Direito	7
1.2 Fins e Função do Estado.....	9
1.3 A Democracia	10
1.4 Caraterísticas do Estado de Direitos Democráticos.....	11
1.5 Requisitos de um Estado de Direitos Democrático	12
1.6 São Tomé e Príncipe como Estado de Direito Democrático	14
CAPÍTULO 2 - BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA SOBRE POLÍCIA NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	17
2.1 Origem e Evolução da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.....	17

2.2 Direitos Fundamentais e Atuação Policial.....	18
CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO.....	21
3.1 Princípios orientadores da atividade policial.....	21
3.1.1 Princípio da Legalidade na atuação policial.....	21
3.1.2 Princípio da proibição de excesso e da proporcionalidade na atuação policial.....	22
3.1.3 Princípio do respeito dos direitos e interesses legalmente protegido dos cidadãos na atuação policial.....	23
3.1.4 Princípio da prossecução do interesse público na atuação policial.....	24
3.1.5 Princípio da boa-fé na atuação policial	25
3.1.6 Princípio de oportunidade da atuação policial	26
3.1.7 Princípio da lealdade na atuação policial	26
3.1.8 Princípio da igualdade e da Imparcialidade	27
3.1.9 Princípio da Justiça na atuação policial	28
3.1.10 Concordância prática na atuação policial.....	29
3.1.11 Princípio da liberdade na atuação policial.....	30
3.2 Exercício da Atividade Policial no Estado de Direito Democrático	32
3.3 A Discricionariedade na Atuação Policial.....	34
3.3.1 Discricionariedade policial face ao Estado de direito	35
3.4 Legitimidade na Atuação Policial.....	36
3.4.1 Legitimidade legal da atuação policial.....	37
3.4.2 Legitimidade social da atividade policial.....	38
I I PARTE – DESENVOLVIMENTO PRÁTICO	40
CAPÍTULO 4 - CARATERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO POLICIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	40

4.1 A Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.....	40
4.2 Estrutura Geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe	43
4.3 Estrutura Hierárquica e Funcional da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe	43
4.4 Modelo de Atuação Policial em São Tomé e Príncipe	45
CAPÍTULO 5 - TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
5.1 Objetivos	49
5.2 Tipo de Estudo.....	49
5.3 Metodologia.....	50
5.3.1 Caraterização do Universo da Amostra	50
5.4 Protocolo de Entrevista.....	50
5.5 Análise de Conteúdo.....	53
5.6 Apresentação e Análises dos Resultados	54
CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES FINAIS	63
6.1 Confirmação dos Objetivos	63
6.2 Resposta à Pergunta de Partida da Investigação.....	63
6.3 Conclusões Finais	64
6.4 Limitações do Presente Estudo.....	65
Investigações futuras	65
BIBLIOGRAFIA.....	67
APÊNDICES	73
ANEXOS.....	109

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Categoria dos Profissionais da Polícia Nacional	44
--	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Análise de conteúdo da questão 1 da entrevista.....	54
Quadro 2: Análise de conteúdo da questão 2 da entrevista.....	55
Quadro 3: Análise de conteúdo da questão 3 da entrevista.....	56
Quadro 4: Análise de conteúdo da questão 4 da entrevista.....	57
Quadro 5: Análise de conteúdo da questão 5 da entrevista.....	57
Quadro 6: Análise de conteúdo da questão 6 da entrevista.....	58
Quadro 7: Análise de conteúdo da questão 7 da entrevista.....	59
Quadro 8: Análise de conteúdo da questão 8 da entrevista.....	59
Quadro 9: Análise de conteúdo da questão 9 da entrevista.....	60
Quadro 10: Análise de conteúdo da questão 10 da entrevista.....	61
Quadro 11: Análise de conteúdo da questão 11 da entrevista.....	61
Quadro 12: Análise de conteúdo da questão 12 da entrevista.....	62

I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

INTRODUÇÃO

No âmbito da Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pretendemos desenvolver um estudo em que o objetivo comporta em desenvolver uma abordagem sobre a atuação policial no Estado de direito democrático e perceber se, no caso de Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, essa atuação se insere nos princípios democráticos.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe apresenta inúmeras fragilidades em todos os sectores da sociedade, fator que o coloca como um dos países mais pobres do mundo, apesar do seu potencial turístico (Cravid 2015). Nesta senda, a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, acaba por ser o espelho da realidade são-tomense, com escassez de recursos a todos os níveis (humanos, materiais, infraestruturas, salário, dentre outros).

Estas condicionantes não devem ser motivos para impedi-la de estar preparada para enfrentar todos os desafios que surgem na extensão dos seus objetivos e missões, devendo ter em conta, em primeiro lugar, que a componente humana, a todos os níveis hierárquicos, é o pilar para que esta organização consiga alcançar os seus objetivos e melhor servir a sociedade, pois o progresso avassalador da sociedade são-tomense assim exige.

É primordial que haja mecanismos de melhoria da prestação de serviço à sociedade e uma sensibilização e motivação de todos os efetivos para o cumprimento da missão da Polícia Nacional, sendo muito importante a atuação de cada um como forma de proporcionar aos cidadãos uma melhor segurança e um verdadeiro respeito dos seus direitos, liberdades e garantias.

ENQUADRAMENTO

A sociedade são-tomense tem sofrido uma profunda evolução. Enquanto campo de estudo, a atuação da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe tem a forte necessidade de acompanhar a evolução da sociedade em que ela se insere.

O Estado de direito democrático exige uma Polícia que age de acordo as normas que identificam esse mesmo Estado. O respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e o respeito pela dignidade da pessoa humana são princípios que identificam a atuação

policial como sendo uma polícia ao serviço da democracia. É importante que os elementos da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe atuem e se unam em prol de um objetivo comum (defesa efetiva dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos) de forma a terem uma maior aceitação na sua forma de atuação para melhoria da imagem da Polícia.

Esta proeza faz com que a Polícia Nacional seja “entendida como o principal responsável pela existência de «organizações», na verdadeira aceção da palavra – enquanto sistemas organizados, coordenados e orientados para o mesmo fim” (Palma 2012, p. 425). Para além dessa grande responsabilidade, todos os elementos se destacam enquanto fatores que explicam a eficácia da atuação e da concretização dos objetivos institucionais.

Atualmente, mais do que compreender o que torna eficaz a atuação policial, devemos procurar as melhores estratégias que promovam a legitimidade, tanto legal como social, desta mesma atuação. Há necessidade de uma intervenção mais cautelosa e flexível quando estão em causa direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. É importante entender que quanto mais concordante for a atuação policial, indo ao encontro das expectativas dos cidadãos, mais os agentes terão o apoio da população (legitimidade sociológica) para realização das suas missões (garantia da segurança pública). Apoiamos em Germano Marques da Silva (2006) quando relata que a população está pronta a colaborar com a polícia quando essa respeita os seus direitos, liberdades e garantias.

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Para a realização do presente trabalho de investigação tivemos como força motriz a constante crítica levada a cabo pela população sobre a atuação dos agentes da Polícia Nacional contra a venda ambulante nas ruas da capital são-tomense e contra a prática de moto-táxi sem habilitação legal. Apesar do esforço levado a cabo para melhoria da atividade policial continua havendo críticas constantes dos “clientes privilegiados” dessa atividade (os cidadãos).

Coutinho (2011) defende que a investigação pressupõe, inevitavelmente, a constatação de um determinado problema. Uma investigação envolve sempre um problema.

O nosso campo de interesse e o domínio de investigação passa por entender a atuação policial no Estado de direito democrático e verificar se a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe corresponde aos padrões de um Estado de direito democrático de forma a prestar um melhor serviço aos cidadãos e encontrar uma melhor legitimidade, sobretudo social, da

atuação policial. Mesmo com as condicionantes socioeconómicas do país (condicionantes que se refletem, não só na vida pessoal, mas também na vida profissional dos polícias), os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos devem ser sempre salvaguardados. O baixo nível salarial, associado à falta de condições de trabalho conduz inevitavelmente à falta de motivação e uma produtividade reduzida, havendo riscos de optarem por outros meios como forma de sobrevivência e bem-estar pessoal/familiar (Cravid 2015). Essa prática põe em causa a imagem da Polícia Nacional e põe em causa a sua própria legitimidade de atuação.

PERGUNTA DE PARTIDA

Depois da apresentação do tema e do respetivo enquadramento, há uma necessidade de determinar a questão de indagação. “Ela indica claramente a direção que se quer tomar” (Fortin, Côté & Fillion, 2009, p. 53).

No contexto da atuação policial no Estado de direito democrático e respetiva adoção da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe aos respetivos princípios, torna-se importante termos presente que a forma da atuação policial (se respeita ou não os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, por exemplo) é essencial para que os cidadãos colaborem e legitimem a mesma atuação. A melhoria na atuação pode trazer inúmeras vantagens e contribuirá para o aumento da confiança nos polícias. É útil a formação e sensibilização dos elementos da Polícia Nacional em prol da busca por esse aumento de confiança por parte da população e realça a importância de todos estarem envolvidos em torno de objetivos comuns.

Nesta ordem de ideias, este estudo visa dar resposta à seguinte pergunta: **Será a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe uma Polícia legítima?**

OBJETIVOS

Para Sarmento (2013), a definição dos objetivos de estudo é fundamental para o investigador, os quais formam as bases para a escolha exata e adequada da literatura a ser consultada.

Com o presente estudo pretendemos encontrar as principais falhas existentes atualmente na Polícia Nacional, tendo como objetivo a atuação dos seus efetivos, apresentar uma concetualização que permita auxiliar na análise do processo de atuação policial e com isto encontrar uma atuação baseada nos modelos democráticos, mais usuais e que melhor se adequem à realidade são-tomense. Por conseguinte, enfatizar a necessidade de haver uma atuação respeitadoras de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos de forma

a encontrar maior legitimidade da atuação policial e encontrar mecanismos que contribuam para melhorar a eficiência da atuação policial em São Tomé e Príncipe.

METODOLOGIA

A metodologia seguida para a realização deste trabalho passa por, numa primeira fase, uma pesquisa bibliográfica e análise documental de publicações e artigos com vista à revisão da literatura sobre o tema em estudo a fim de apresentar as diferentes perspetivas dos principais conceitos ao longo do trabalho.

“A metodologia em ciências sociais corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente” (Santo, 2010. p. 11). Neste sentido, pretendemos, numa segunda fase, optar por uma metodologia de carácter qualitativo articulando um conjunto diversificado de métodos e técnicas que nos permitam a interpretação da nossa problemática através da aplicação de entrevistas e respetiva análise de conteúdo a alguns Oficiais, de diferentes Comandos Distritais da Polícia Nacional que exercem função de comando e direção, como objeto de estudo, por serem os responsáveis pela atribuições da instituição nos diferentes pontos do país.

Na ótica de Sarmiento (2013), os métodos qualitativos são intensivos e baseiam-se na presença ou ausência de uma característica ou modo segundo o qual os elementos do discurso estão articulados. A autora reforça afirmando que “a entrevista permite explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição presencial e/ou à distância a um ou mais indivíduos. Os conteúdos são mais ricos em informações. Permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo” (Sarmiento, 2013, p. 28).

Isto fundamenta a nossa escolha com vista a conferir as conclusões com base em algumas perguntas e dar resposta à pergunta de partida do presente estudo. Por sua vez, Sousa e Baptista (2011) defendem que o método qualitativo permite uma maior qualidade na recolha de dados e permite que o investigador desenvolva os conceitos e chegue à compreensão dos fenómenos a partir dos padrões que resultam da análise dos conteúdos.

Procurar-se-á obter a colaboração do maior número possível das chefias policiais de São Tomé e Príncipe e proceder a uma análise meramente descritiva e qualitativa.

SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

Em termos estruturais, o trabalho está constituído por duas partes:

A primeira parte será constituída pelo enquadramento concetual da problemática, onde serão abordados os princípios orientadores da atuação policial no Estado de direito democrático e tentar perceber se São Tomé e Príncipe está inserido no contexto desse mesmo Estado.

Na segunda parte será feita uma caracterização da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e será aplicado o método qualitativo para a realização de entrevistas. No total, o trabalho está composto por seis capítulos.

No Capítulo 1 será feito um enquadramento teórico do conceito de Estado de direito democrático, onde abordaremos o conceito de Estado, de Estado de direito, os fins do Estado, as características do Estado de direito democrático, e por ultimo aperceber se São Tomé e Príncipe cumpre os requisitos formais de um Estado de direito democrático, conceitos que consideramos relevantes face ao objeto de estudo desta investigação.

No Capítulo 2 pretendemos tratar de forma breve da evolução histórica da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e depois abordar os direitos fundamentais que se deve ter em conta numa atuação policial.

No Capítulo 3 iremos cuidar da forma da atuação policial num Estado de direito democrático e alguns princípios que devem ser respeitados nessa mesma atuação. Abordaremos também a discricionariedade na atuação policial e como a mesma é entendida face ao Estado de direito. Finalmente estudaremos a legitimidade da atuação policial aos níveis legal e sociológico.

No Capítulo 4 onde entraremos numa vertente mais prática do trabalho, face ao objeto de estudo, os objetivos passam por fazer um breve enquadramento sobre a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe para que se possa ter uma melhor perceção da realidade desta instituição. Depois entraremos na sua caracterização, através da estrutura hierárquica e funções. Em seguida, e por último, analisaremos o modelo de atuação desta força policial.

No Capítulo 5, é apresentado o nosso trabalho de campo e respetiva análise de resultados.

Por fim, no capítulo 6, tendo em conta os resultados das entrevistas realizadas, tentaremos dar resposta à pergunta de partida e serão apresentadas as conclusões finais do

estudo, referindo as limitações que tivemos durante o presente trabalho e faremos um repto às investigações futuras.

CAPÍTULO 1 - ESTADO DE DIREITO DEMOCÁTICO

1.1 Estado de Direito

Ao falarmos de Estado de direito, estamos a falar de uma organização política em que o poder de Estado se encontra limitado pelo direito¹. A noção de um Estado limitado pelo direito alicerçou-se paulatinamente nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos de América, tendo em conta as várias condições e circunstâncias concretas existentes (Miranda, 1999).

Antes de mais, importa entender o que é Estado. No entendimento de Marcelo Rebelo de Sousa e André Matos (2014), Estado “define-se como o povo fixado em determinado território, no qual institui, por autoridade própria, um poder político relativamente autónomo”. Jorge Miranda (1983) fala de duas ideias do conceito de Estado: a conceção social em que o Estado é entendido como “unidade de associação dotada originariamente de poder de domínio e formada por homens assentes num território” (p. 14) e a conceção jurídica em que o Estado é entendido como “corporação formada por um povo, dotada de um poder de comando originário e assente num determinado território” (p.14). O Estado, na esteira deste autor, é entendido como uma complexidade de organização e de atuação acompanhada por maior diferenciação de funções, órgãos e serviços, dotado de legitimidade e poder que permite levar a cabo as suas funções². A ideia de poder do Estado vai muito além do seu detentor corpóreo e atual. A autonomia está relacionada com “uma dinâmica própria de poder e do seu aparelho frente a vida social” (Miranda, 1983, p.7). Para Mário Gomes Dias (2005, p. 22), “o Estado é a forma de organização máxima dos cidadãos livres e responsáveis, titulares de direitos e garantias fundamentais, unidos por um projeto comum da vida”. Grande parte dos autores relaciona a existência do Estado com existência cumulativa de três grandes elementos fundamentais, o povo, o território e o poder político. O “Estado é um produto da sociedade quando este chega a um determinado grau de desenvolvimento” (Miranda, 1983, p. 13). Os indivíduos têm interesses próprios que colidem entre si, numa mesma sociedade. Para que os indivíduos ou grupos com interesse comuns não entrem numa luta estéril, é necessário que haja um poder que é colocado acima dos mesmos. Para Jorge Miranda (1983, p.13) “o Estado não é uma ordem normativa e também

¹ Direito enquanto conjunto de normas existente numa sociedade.

² Prosseguir o interesse coletivo

não é o «povo»; não é formado por homens, mas por atividades humanas, e tão pouco pode ser identificado sua unidade de decisão e ação”.

Cabral (1982) entende que a única maneira de evitar que o exercício do poder se transforme em tirania é limitar a ação do Estado. O poder exercido no Estado de direito é um poder limitado pela ordem jurídica, o que implica uma observância constante do princípio de legalidade e de legitimidade na atuação dos órgãos do poder. Para André (2001, p.13) “todo o Estado de direito deve estar vinculado a uma série de princípios e postulados para poder opor-se ao uso incontrolado da força”. Isso significa que toda atuação do Estado terá que estar de acordo com regras do direito, ou seja, existência de uma obrigatoriedade de adotar a sua atuação às normas existentes, existência de um predomínio da lei perante a discricionariedade, sujeição de todos os atos do governo à fiscalização do parlamento (por ser este o representante do povo).

O Estado de direito é também considerado como um Estado constitucional onde demonstra a capacidade constituinte do povo, ou seja, o povo constrói uma lei (Constituição) onde está o esquema essencial do governo e o seu respetivo limite (Miranda, 1999). No Estado de direito, os direitos e liberdades dos cidadãos constituem um limite a atuação do Estado visto que o uso de poder precisa ser justificado. Segundo Jorge Miranda (1999), o Governo democrático está subordinado às leis que são transportadoras de princípios e regras de direito, de índole duradoura e vinculativa, que estão explícitos na constituição. O autor afirma que “não há Estado de direito onde não houver uma constituição feita pela nação” (Miranda 1999, p. 9).

Luís Moncada (2002) deixa-nos a ideia de que existe uma figura essencial que deve ser extraído da constituição num Estado de direito, ou seja, a própria constituição de um Estado de direito exige a inclusão de certos elementos materiais e institucionais no seu conteúdo. Significa dizer que deve existir um modelo material e institucional assumido pelo próprio Estado, e esse modelo deve estar expresso na Constituição desse mesmo Estado. Neste sentido, deve haver uma medida coordenada para efetivação de direito de natureza económica, social e cultural. Deve ser a “própria lei constitucional a impor um sentido positivo ao conceito de Estado de direito e não apenas defensivo e negativo [que tem que ser compatível] com o traçado legislativo dos limites aos direitos subjetivos de tipo clássico” (Moncada, 2002, p. 841).

O Estado de direito limita a sua ação à defesa de bem-estar comum, dando uma especial atenção à ordem e segurança pública. Moncada (2002) considera que tanto o Estado de direito como os princípios democráticos expõem as mesmas diretrizes institucionais e materiais. Desta forma, pressupõe que deve ser instituído o mesmo modelo de organização social e económica que possibilita aos países que optam pelo modelo democrático encontrar mecanismos de orientação.

1.2 Fins e Função do Estado

O Estado utiliza os meios que estão ao seu dispor para atingir os fins de interesse público. Cabral (1982) admite a existência do paradoxo nos fins do Estado. Isso pode-se compreender se olharmos numa perspectiva de extinção da violência por parte do Estado, a ideologia que tem por objetivo acabar com coerção por parte do Estado dificilmente será alcançado. Mário Gomes Dias (2005) admite que esse poder de coação e o meio de opressão que o Estado possui é um poder justificado pela necessidade de assegurar a convivência pacífica dos cidadãos e para garantir o direito cívico e liberdades fundamentais. Guedes Valente (2012) defende que não se pode ver a segurança como “coação jurídica e coação material”, mas sim como uma garantia que possibilita aos cidadãos exercer de forma segura os seus direitos e estar libertos de ameaças ou agressões. Os marxistas³ entendem que “a política é (...) uma manifestação do mal, um reflexo da alienação fundamental - económica - da humanidade” (Cabral, 1982 p. 66), mesmo que uma sociedade sem política seja entendida como uma sociedade sem classe. Além disso, os governantes com pensamento marxistas reconhecem, assim como Trotsky e Mao-Tsé-Tung, que “o Estado se baseia na força e o poder nasce na boca de uma espingarda” (Cabral 1982 p. 66). O paradoxo entendido por Francisco Cabral surge porque, se qualquer Estado baseia-se na violência, acabar com coação estatal seria o mesmo que acabar com o Estado. Mesmo admitindo que a violência é a base de qualquer Estado, existe uma tendência para a recusa de qualquer dominação, qualquer coação por parte deste, tendo em conta que “o sofrimento causado pela violência ao serviço do poder emprega má reputação” (Cabral, 1982, p. 71) para os detentores do poder.

³ Pessoas com um método de análise socioeconómica sobre a relação entre as classes e conflitos sociais, que utilizam uma interpretação materialística de desenvolvimento histórico e uma visão dialética da transformação social.

O interesse público é visto como “aquele que respeita as exigências, a conservação e o desenvolvimento da sociedade política” (Correia, 1979, p. 662). Concordamos com Wolf (cit. in. Correia, 1979, p. 662) quando afirma que “o interesse público assenta numa ordem social pacífica, na conservação da dignidade e honra do ser humano, na possibilidade de manutenção da posse, da propriedade e do trato jurídico, na promoção da educação e da cultura, na criação ou manutenção daquelas relações que respeitam as situações jurídicas materiais fundamentais”. A administração pública assume a grande responsabilidade de assegurar uma sociedade pacífica, promovendo a dignidade do ser humano e protegendo pessoas e bens contra os atos ou pessoas que possam violar de forma ilegal os seus bens ou direitos.

A função do Estado, enquanto organização máxima dos indivíduos, procura alcançar os seguintes resultados: a convivência pacífica entre os mesmos; garantir a segurança contra perigo que perturba a paz pública contra a ordem democrática; atuar contra o que possa perigar o bom funcionamento das instituições democráticas e o normal exercício de direitos, liberdades e garantias (Dias, 2005), de forma a alcançar para todo o membro dessa sociedade a liberdade, a segurança (individual e coletiva, interna e externa), a justiça (comutativa e distributiva) e bem-estar económico, social e cultural (Sousa e Matos 2014).

1.3 A Democracia

Esta palavra tem origem grega e significa *demos* (povo) e *kratia* (poder). Para Moncada (1996), a democracia é entendida como um tipo de Estado em que, seja qual for a forma, existe uma intervenção ou participação do povo, por direito próprio, no governo da cidade. Isto leva-nos a crer que em todo o tempo existiram diferentes formas de democracia, desde a democracia em Atenas, a democracia romana de república, a democracia primitiva dos antigos germanos; das instituições municipais e comunais da idade-média (André 2001, p. 12).

A partir do Séc. XX a maioria dos países começaram a considerar-se como fundamentalmente democráticos embora os seus regimes não tivessem reunido por completo as características de um regime democrático atual. Neste contexto, pouco a pouco, a ordem jurídica assume o papel de expressar os valores que comandam a sua existência, antes de assumir a sua função ordenadora da existência humana na sociedade (Jerónimo, 2001). Na democracia a dimensão coletiva e pública do homem não é tudo. Desta forma, o poder que

viabiliza essa dimensão não deve invadir todo o campo da atividade do homem para não destruir a autonomia da vida privada e das instituições da sociedade civil (Cabral, 1982).

Hoje em dia, a democracia é entendida como uma ideologia política baseada no princípio de que autoridade provém do povo, sendo exercida pelo mesmo, ao investir o poder soberano através das eleições periódicas, livres, e no princípio da distribuição justa do poder. A democracia não é só governar pelo povo mas também governar para o povo, isto é, adequar a ação governativa em concordância com a preferência do povo. Significa que a ação do governo deve satisfazer a vontade popular (André, 2001).

A intervenção do povo na democracia é uma condição e um elemento fundamental para alcançar o seu objetivo, sem essa intervenção não há democracia. “O fim da democracia foi sempre o sentimento de um bem comum e a participação do povo no governo, o respeito e amor pela pessoa humana” (André, 2001, p.12). Desta forma, na democracia, prevalece ou deve prevalecer a paixão da liberdade, o respeito pela pessoa humana e o amor cordial entre os homens.

1.4 Caraterísticas do Estado de Direitos Democráticos

Mário Gomes Dias (1998) afirma que o Estado de direito democrático é caraterizado pela subordinação do próprio Estado e os seus agentes, à constituição e às leis, sendo que, as suas instituições, órgãos e agentes devem estar sujeitos aos respetivos regimes de forma a rejeitar qualquer poder, qualquer autoridade que possa ser exercido de forma irracional, incontrolável e desproporcional. Para este autor, o modelo de Estado de direito democrático encontra expressão nos princípios fundamentais consagrados pela constituição.

Miguel Faria (2001) transmite a ideia de que a legitimidade do poder assenta no reconhecimento da população devendo este respeitar os direitos fundamentais do homem e deve estar permanentemente ao serviço dos cidadãos e do povo.

Para Mário Gomes Dias (2005, p.21), “o que identifica e distingue o modelo de Estado de direito democrático, são as bases ou princípios fundamentais” que se encontram presente na constituição desse Estado. Esta base deve ser clara e deve constituir o fundamento e os limites de atuação do próprio Estado. Se antes o cidadão e as suas organizações estavam ao serviço do Estado, num Estado de direito democrático é o próprio Estado e as suas instituições que estão ao serviço dos cidadãos.

Os princípios e os valores consagrados na constituição impõem que o Estado e as suas instituições se sintam e atuem permanentemente vinculados, quanto aos meios e quanto aos fins, na concretização dos seus objetivos e na prossecução das tarefas fundamentais (André, 2001). O direito assume um carácter circunstancial “perspetivando-o como a parte de uma estrutura mais vasta onde, (...) assume um desempenho específico e insubstituível” (Jerónimo, 2001, p. 182). Desta forma, não são admissíveis quaisquer divergências, desvios ou incerteza no que diz respeito ao alcance da relação entre o Estado e os cidadãos, tendo sempre em conta o princípio da prevalência dos objetivos e da hierarquia dos valores (André 2001).

O direito incorpora em si uma tensão normativo-dialética com certas realidades. Não é algo que esteja num mundo puramente abstrato/ideal, mas sim de factos e substâncias. Ele será sempre um propósito da norma que nasce a partir de certas realidades. Patrícia Jerónimo (2001) entende que o sistema jurídico pode partir de situações concretas e detetar medidas que são “específicas e inelimináveis nos blocos civilizacionais (...) [de forma a] asseguram a ordem [que] os vivificam enquanto depósitos de valores fundamentais” (p. 182). Cada civilização, seja ela democrática ou não, corresponde apenas e tão só uma realidade jurídica. Patrícia Gerónimo (2001) considera que, não obstante cada sociedade corresponder uma realidade jurídica, existem problemas comuns ou pela ação de civilização levado a cabo pelo ocidente em relação ao resto do mundo que torna essas realidades jurídicas parecidas em diferentes regiões ou civilizações. Mesmo assim, o direito nunca pode ser entendido como universal, tendo em conta que as necessidades humanas são sentidas e vividas de acordo com a ordem de valores e das normas existente em cada sociedade (Jerónimo 2001).

1.5 Requisitos de um Estado de Direitos Democrático

Qualquer Estado possui meios de ação e de coação que permite ter um nível de atuação consideravelmente superior ao particular. Neste sentido o Estado de direito traz algumas limitações relativamente ao uso desses meios. A existência de alguns requisitos necessários permite, desde logo, evitar excessos na utilização dos meios. O artigo 6º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe considera expressamente o país como um Estado de direito democrático. Mas tal proclamação não é suficiente para considerar qualquer país como tal. Jorge Miranda (1984) aponta alguns requisitos para

considerar um país como Estado de direito democrático. Segundo este autor, para que isso aconteça são necessários os seguintes requisitos:

- a) A definição rigorosa e a garantia efetiva, no mínimo, dos direitos à vida e a integridade pessoal, da liberdade e da segurança individual, da liberdade de consciência e religião, bem como as regras de igualdade jurídica entre as pessoas;*
- b) A pluralidade de órgãos governativos, independente ou interdependente quanto à sua substância e com funções distintas, competindo, ao parlamento o primado da função legislativa;*
- c) A reserva da função jurisdicional aos tribunais, independentes e dotados de garantia de independência dos juízes;*
- d) O princípio da legalidade das administrações, com anulação contenciosa dos regulamentos e atos administrativos ilegais;*
- e) A responsabilidade do Estado pelos danos causados pelos seus órgãos. (Miranda, 1984, p. 166)*

O cumprimento formal de todos esses requisitos é importante para considerarmos um país como Estado de direito democrático, mas não é suficiente. Para além de tudo isso, é necessário que todas organizações estejam orientadas para garantir e promover esse conceito. Para Jorge Miranda (1984), não podemos dizer que determinado Estado é Estado de direito por haver um artigo na constituição que faz tal afirmação. É necessário estabelecer um quadro institucional para que esta vontade seja construída de forma livre e que cada cidadão consiga fazer uma previsão com segurança do seu futuro⁴, ou seja, é necessário que não haja incompatibilidade entre o elemento subjetivo e o elemento objetivo da constituição, que haja uma constante dinâmica e harmonia nesse sentido (Miranda 1984). Sintetizando todos esses princípios, modelos e ideias é que nasce o Estado de direito democrático.

Na observância desses requisitos deve haver preocupações relativamente a criação de mecanismo de controlo do seu exercício e a criação de organismo que possa garantir o cumprimento dos mesmos. É neste sentido que a polícia surge com a função de controlar, fiscalizar e garantir o exercício material desses requisitos.

⁴ Saber bem o que quer ser ou fazer e poder levar avante a sua vontade sem impedimento por parte do poder.

1.6 São Tomé e Príncipe como Estado de Direito Democrático

Estado de direito democrático não significa simplesmente Estado sujeito ao direito, isto porque todos os Estados estão sujeitos ao direito num dos dois sentidos, seja aquele que age com observância dos processos jurídicos ou, aquele que realiza uma ideia de direito (Miranda 1984). Estado de direito significa que os processos possam ser diferenciados por diversos órgãos em harmonia com o princípio de separação de poderes e que o próprio Estado aceita a sua subordinação aos critérios materiais que o ultrapassam, isto é, “Estado de Direito só existe quando se dá limitação material do poder político” (Miranda 1984, p. 162).

É constante haver limitação formal, por isso, ao verificamos essa limitação, temos que o fazer do ponto de vista material. Para este caso em particular, pretendemos fazer uma análise formal para constatar efetivamente se São Tomé e Príncipe reúne os requisitos de um Estado de direito democrático, ou seja, vamos apenas verificar se formalmente esses requisitos estão preenchidos. Deixando para investigação futura a análise material, tendo em conta que não possuímos mecanismos suficientes para analisar se estão preenchidos os requisitos materiais de um Estado de direito democrático.

A Declaração Universal de Direito do Homem traz algumas garantias no que respeita aos direitos, liberdades e garantia e certas regras de separação ou desconcentração de poderes que podemos considerar universais nos Estados de direito democrático e que merecem ser transferidas para as normas internas através da constituição e de outras normas (Miranda 1984).

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, no n.º 1 do artigo 6.º, determina que “São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito Democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana”.

Olhando atentamente para o referido diploma, no seu artigo 22.º trata da inviolabilidade da vida humana, isto é, encontramos expressamente na constituição que, “a vida humana é inviolável [e que] em momento algum haverá pena de morte”.

O artigo 23.º garante a inviolabilidade da integridade física da pessoa e no seu n.º 2 acrescenta ainda que “ninguém pode ser submetido a tortura, nem tratos ou penas cruéis, desumanos ou degradante”.

A igualdade jurídica é garantida pelo artigo 15.º ao considerar que “todos os cidadãos são iguais perante a lei”, o que evita toda e qualquer forma de favoritismo e discriminação das pessoas.

No que concerne à liberdade de culto e religião, é assegurada pelo artigo 27.º da Constituição da República são-tomense ao referir expressamente no seu n.º 2 que “ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa da sua convicção ou prática religiosa”.

O art.º 36.º garante o direito à liberdade física e à segurança, realçando no seu n.º 2 que “ninguém pode ser privado de liberdade, a não ser no caso previsto na lei por decisão ou com apreciação pelo tribunal competente”. Esses dois conceitos são indissociáveis, ou seja, não há liberdade sem segurança e para que alguém se sinta seguro tem que poder gozar da sua liberdade.

A Constituição assume a pluralidade dos órgãos governamentais no seu art.º 68.º. “São órgãos de soberania: Presidente da República, Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais”. Associado à pluralidade de órgãos de soberania, encontramos no art.º 70.º o princípio da separação e interdependência de órgãos de soberania, o que permite não apenas a prática de atos próprios mas também a função de fiscalização recíproca. Essa interdependência é necessária para que o Estado de direito seja efetivado, ou seja, para que o próprio Estado não desrespeite as normas por ele criado.

O art.º 92.º assume a Assembleia Nacional como o primado dos órgãos legislativo por tratar este como “o mais alto órgão representativo e legislativo do Estado” são-tomense. Para além disso, o artigo 98.º tem algumas matérias na qual é reservado a exclusiva competência legislativa da Assembleia Nacional. Por ser este o representante do povo, deve o mesmo legislar no interesse do coletivo que representa e na democracia o poder advém do povo, o mesmo deve decidir, pelo seu representante, quais as normas que deve estar sujeito.

A reserva da função judicial aos tribunais e a garantia da independência dos juízes é assegurada pelo art.º 120.º ao dizer que os tribunais enquanto órgãos de soberania têm “competência para administrar a justiça em nome do povo”. Isto inclui “a defesa de direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos” (Miranda 1984, p. 172), permitindo também reprimir a violência e dirimir conflitos, sejam ele de natureza privada ou pública.

O princípio da legalidade da administração é assegurado pelo n.º 1 do art.º 135.º quando diz que “a administração pública visa a prossecução do interesse público, no respeito

pelos direitos e interesses legalmente protegidos”. É desta forma que a nossa constituição expressa a subordinação de todos órgãos e agentes da administração pública às leis instituídas.

Baseando no que Jorge Miranda considera que são requisitos de um Estado de direito democrático, após um olhar atento a constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, podemos dizer que a mesma cumpre todos os requisitos (pelo menos formais) considerados necessários para um Estado de direito democrático. Desta forma, podemos afirmar que, do ponto de vista formal, São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito Democrático.

CAPÍTULO 2 - BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA SOBRE POLÍCIA NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2.1 Origem e Evolução da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

Durante cerca de quinhentos anos, São Tomé e Príncipe esteve sob o domínio português. Isto implica dizer que a força que mantinha a ordem e a tranquilidade pública neste território ultramarino português era a polícia do governo colonial.

Inicialmente, a partir do século XVII, com o ciclo de cacau e café, foi instalado em São Tomé e Príncipe o Corpo de Polícia Indígena, uma força composta por soldados angolanos, voluntários portugueses e trabalhadores contratados. A data da criação desta força não é conhecida pela inexistência de documentos credíveis. Esta força perdurou até ao meado do século XIX, momento em que a ordem e a segurança públicas em São Tomé e Príncipe passam a cargo da Polícia de Segurança Pública portuguesa. O Decreto-Lei n.º 42223/59, de 18 de abril, criou o Corpo de Polícia de Segurança Pública de São Tomé e Príncipe. O Decreto-Lei n.º 43050, de 06 de julho de 1960, criou a guarda rural da província de São Tomé e Príncipe, uma organização que garantia a ordem e tranquilidade públicas no espaço rural (António, 2006).

Em 1961, o Decreto n.º 43527, de 08 de março, extinguiu a guarda rural e criou o Corpo de Polícia de São Tomé e Príncipe, força policial que perdurou até a independência do País, em 1975. Depois da independência surgiu a necessidade de criação da sua própria corporação policial. Neste contexto, o Decreto-Lei 10/75, de 27 de agosto, criou a Polícia Nacional que inicialmente era denominada pela Polícia de Segurança Popular, uma denominação que perdurou até ao ano em que foi substituído pelo Departamento de Polícia Nacional, em 16 de maio de 1979, funcionando sob a tutela de Direção de Segurança e Ordem Interna. Cabia a essa força de segurança a responsabilidade de manter a ordem e a tranquilidade pública em todo o território de São Tomé e Príncipe (Santos, 2015).

Em 1990, o regime político é alterado, deixando de ser governado pelo partido único e passou ao regime multipartidário, o que permitiu uma maior fiscalização e controle na ação

dos órgãos de poder. Neste sentido, surge o Decreto-Lei n.º 20/91⁵, de 23 de abril, que cria o Comando Geral da Polícia Nacional, uma força de cariz paramilitar, armada e uniformizada, com função de garantir o cumprimento da lei, garantir a segurança interna, a ordem pública, promover a paz e tranquilidade pública em todo o território são-tomense.

Infelizmente durante muitos anos não houve uma aposta séria na segurança, despontando assim diversos problemas de garantia do bem-estar dos cidadãos, não por ausência de sinais claros que impusessem a soluções futuras, mas sim, por laicismos e por falta de cultura de segurança própria dos decisores são-tomenses, pois esqueceram que a paz social que durou muitos anos está conhecendo, paulatinamente e de forma aperfeiçoada, alterações substanciais (António 2006). Essa alteração exige, sobretudo, uma maior dinâmica e uma definição exata do papel da Polícia Nacional face aos novos desafios de desenvolvimento da sociedade, que vêm surgindo, de forma a garantir a modernização das Forças e Serviços de Segurança para a restituição da autoridade do Estado e o normal funcionamento das suas instituições.

2.2 Direitos Fundamentais e Atuação Policial

Num Estado de direito democrático em que imperem valores e princípios que facultem aos cidadãos uma vida condigna e segura⁶ na sociedade, é importante que haja uma força capaz de garantir que não haja atropelo nos direitos e deveres de cada um. Como diz Germano Marques da Silva (2001, p.87), “a polícia trata por excelência do mal: quer se trate das consequências que acarreta o comportamento não virtuoso dos homens (mal moral), quer dos efeitos destruidores da natureza ou simplesmente das variadas disfunções sociais”. Desta forma, as instituições policiais devem estar munidas de homens capazes de assegurar a inviolabilidade de direitos dos cidadãos e, por outro lado, impeçam que a ordem pública seja alterada. Pedro Clemente (2009) traz-nos a ideia de que no estado atual das coisas existe uma preocupação em harmonizar o Estado protetor com maior exigência e autonomia individual, desta forma, a atuação policial procura oferecer a máxima liberdade ao cidadão. Na mesma ordem de ideia João Raposo (2006) defende que a polícia faz parte de uma corporação integrada no aparelho da administração pública, tendo como missão a prevenção das

⁵ Cf. Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de Abril. Diária da República, N.º 16. Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Cf. O Anexo 4

⁶ A segurança, neste sentido, não resume apenas à proteção de pessoas e bens, mas sim, também na vertente segurança alimentar, isto é, proteção do consumidor de forma a haver uma melhoria na qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos (Gomes, 2011).

ocorrências ou a propagação de “situações lesivas dos interesses e valores essenciais da vida em sociedade, se necessário através de força” (p.25).

Estando atento à Constituição da República Portuguesa, no seu art.º 272.º que tem como epígrafe *polícia*, o mesmo consagra no seu n.º 1 que “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. O n.º 2 deste mesmo artigo estabelece que “as medidas de polícia são as previstas na lei não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário”. Nesta senda, Manuel Monteiro Guedes Valente (2013, p. 277) defende que a obrigatoriedade da atuação policial assenta, sobretudo, na “defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos: sejam pessoais, sejam sociais, sejam culturais, sejam económicos”.

Embora a função da polícia passe pela prevenção de atos que lesem os bens jurídicos consagrados no ordenamento jurídico existente em determinada sociedade, esta missão deve pautar-se, sobretudo, pelo princípio da legalidade e proporcionalidade *lato sensu*, de forma a resguardar outros direitos fundamentais preconizados (Valente, 2013).

Na prossecução e salvaguarda de direitos fundamentais consagrados constitucionalmente, a Polícia é muitas vezes confrontada com situações que requerem a implementação de medidas de polícia de forma a restabelecer o normal funcionamento da sociedade. É neste sentido que Germano Marque da Silva (2005) admite que a tarefa de polícia não é fácil tendo em conta que só podem usar os meios que a lei consente e deverão analisar, em cada caso, qual a medida da sua necessidade visto que não poderão ir para além do estritamente necessário⁷.

No código deontológico do serviço policial português (Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002) encontramos expresso que “no cumprimento do seu dever, os membros das Forças e Serviços de Segurança promovem, respeitam e protegem a dignidade humana, o direito à vida, à liberdade, à segurança e demais direitos fundamentais de todas as pessoas” (art. 3.º), seja qual for a sua origem, raça, condição social, ideologia política ou religiosa.

Para o caso de São Tomé e Príncipe, a Constituição da República não reserva um artigo, parágrafo ou linha para falar da polícia. Essa lacuna é colmatada pela Lei Orgânica

⁷ GERMANO MARQUES DA SILVA (2005). *Sociedade e polícia: questão cultural, desafio ético*: Lição Inaugural (1992/93). In: Volume Comemorativo dos 20 Anos, Almedina, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, p. 95.

da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe⁸ que, no seu artigo 2.º, trata das atribuições e competência da Polícia Nacional. Essas competências devem ser levadas a cabo “no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (n.º 3 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 06/2014 de 23 de abril).

São Tomé e Príncipe enquanto Estado de direito democrático, “todos os poderes estaduais estão submetidos ao direito, não sendo a polícia uma exceção” (Sampaio 2012, p. 120). Como indicado pelo Mário Gomes Dias (2005), uma das características do Estado de direito democrático é a subordinação do próprio Estado e de todas as suas instituições e agentes ao respeito pela constituição e pela lei vigente ou também pela impossibilidade de qualquer tipo de poder ser exercido de forma ilimitada e desproporcional. Guedes Valente (2013) salienta que a segurança interna deve ter como grande fim a realização real de princípios que são estruturantes em qualquer Estado pós moderno que “é o respeito da dignidade da pessoa humana” (p. 110).

Toda e qualquer atuação policial deve ter sempre em conta o respeito pelos direitos fundamentais, consagrados tanto na declaração universal dos direitos dos homens como na Constituição da República. Neste sentido, quando um agente policial atua, deve ter presente os princípios de atuação que contêm valores respeitadores de direitos, liberdades e garantias do cidadão. A Polícia por estar enquadrada no sistema da Administração Pública, a sua atuação deve estar de acordo aos princípios gerais que vinculam a Administração Pública (Valente, 2012).

⁸ Decreto-Lei n.º 06/2014 de 23 de abril

CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

3.1 Princípios Orientadores da Atividade Policial

A polícia, assim como toda a Administração Pública, está subordinada à Constituição e às leis. Para um cidadão, olhar para a polícia tem o mesmo significado que olhar para a lei, pois a polícia representa a lei, isto é, a polícia é o sentinela da lei. Como diz Guedes Valente (2012, p. 168), “a polícia é a face visível da lei e do Estado”. Desta forma, a natureza da atuação policial não pode se transformar no exercício do poder de forma ilimitada ou arbitrária, mas está sempre subjugada à Constituição da República e às leis em vigor, tanto em sentido formal como material. A atuação policial deve respeitar os princípios que vinculam a Administração Pública (Valente, 2012). A polícia, na sua atuação, deve estar sujeita não somente à lei, mas também a todos os princípios que orientam essa atividade.

3.1.1 Princípio da legalidade na atuação policial

A lei deve estabelecer condições de legalidade de forma a legitimar a atividade policial, principalmente nos atos que visam restringir os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (Andrade, 2011).

A própria Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 272.º atribui à polícia a função de “defesa da liberdade democrática”. O n.º 1 do artigo 135.º da Constituição da República são-tomense orienta a Administração Pública à prossecução de interesse público dentro do respeito e interesse legalmente protegido dos cidadãos. A Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, enquanto aparelho da administração central do Estado são-tomense, deve orientar-se pela ideia expressa no artigo 135.º da Constituição República são-tomense.

De acordo a Guedes Valente (2012), se essa nobre missão de defesa da legalidade democrática foi atribuída à polícia, a polícia não pode deixar de a cumprir sob pena de perder a legitimidade na sua atuação. A polícia jura “cumprir e fazer cumprir à Constituição e as leis da República”⁹, desta forma deve agir na estrita obediência ao princípio da legalidade.

⁹ Artigo 73.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Por outras palavras, a atuação policial deve estar em conformidade com as leis em vigor, sob pena de perder a respetiva legitimidade (Valente, 2012).

“O fundamento da atuação policial está na Constituição e nas leis” (Valente, 2012, p. 170). É desta forma que Guedes Valente (2012, p. 170) fala de duas dimensões na atuação: uma dimensão negativa do princípio da legalidade em que “todos os atos de polícia têm de se conformar com a lei, sob pena de serem ilegais”; outra dimensão positiva do princípio da legalidade, ou seja, a intervenção policial só pode ser baseada na lei e com autorização da mesma.

O princípio da legalidade envolve a obediência à constituição e todas outras leis em vigor. Agir com base no princípio da legalidade significa que tem de se respeitar todos os princípios consagrados na Constituição e depois todas as outras leis. É neste sentido que concordamos com Guedes Valente (2012) quando diz que sempre que uma norma suscitar dúvidas sobre a sua constitucionalidade não deve ser aplicada pela polícia. A Constituição da República impõe á polícia e a qualquer outra entidade pública ou privada, vinculação ao respeito pelos direitos, liberdades e garantias, bem como subordinação à Constituição da República¹⁰. Desta forma Rui Medeiros (1998) reconhece o princípio da subordinação da Administração Pública à Constituição e constata também, a necessidade de haver um reconhecimento “de uma competência administrativa de fiscalização da constitucionalidade das leis (...) e um poder administrativo de rejeição das leis inconstitucionais” (Medeiros, 1998, p. 167).

A polícia pratica ou promove atos e medidas que estão previstos na lei anterior à sua aplicação e que não podem ser utilizadas para além do estritamente necessário (n.º 2 do art.º 272.º da CRP). “Qualquer que seja a atuação policial, medida ou ato de polícia (...) está sujeita ao princípio da precedência da lei e da tipicidade” (Valente 2012, p. 174).

3.1.2 Princípio da proibição de excesso e da proporcionalidade na atuação policial

Esse princípio é considerado como aquele que vem consolidar o verdadeiro Estado de direito democrático material e social, tendo em conta a sua amplitude e essência (Valente, 2012). O mesmo vem estabelecer limites não só para a atuação dos órgãos de poder, mas

¹⁰Artigo 3.º n.º 2 e n.º 1 do art.º 18.º da Constituição da República Portuguesa.

também para o próprio legislador. Guedes Valente (2012, p. 176) considera esse princípio como “densificador da dignidade da pessoa humana”.

Na prática, o resultado direto da atividade policial representa o princípio da proporcionalidade e da proibição de excesso, desenvolvendo-se em várias concretizações: adequação, necessidade e exigibilidade, razoabilidade.

Princípio da adequação: significa que as medidas levadas a cabo pela polícia devem revelar-se como sendo adequadas para alcançar o fim visado, tendo sempre em vista a salvaguarda de outros bens protegidos constitucionalmente (Valente, 2012);

Princípio da necessidade ou exigibilidade: significa que as medidas levadas a cabo devem revelar-se necessárias e exigíveis, ou seja, nunca podem ultrapassar as exigências necessárias para atingir o fim e interesse visado (Valente. 2012);

Princípio da proporcionalidade em sentido restrito ou da razoabilidade: Neste princípio Gomes Canotilho e Vital Moreira (1993) consideram que as medidas levadas a cabo pelos órgãos de poder têm que ser justas e proporcionais de forma a impedir medidas que possam ser desproporcionais ou excessivas relativamente ao fim que se pretende alcançar.

No caso de possível lesão dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, as medidas levadas a cabo pela polícia devem mostrar-se necessárias, exigíveis e proporcionais¹¹ e só podem afetar os direitos, liberdades e garantias em termos adequados ao objetivo que se pretende alcançar¹². Conforme diz Guedes Valente (2012, p. 180), seja “os meios de obtenção de prova, as medidas cautelares e de polícia [ou] as medidas administrativas devem obediência ao princípio da proporcionalidade *lato sensu*¹³ ou da proibição de excesso”.

3.1.3 Princípio do respeito dos direitos e interesses legalmente protegido dos cidadãos na atuação policial

Na maioria das situações, a intervenção policial colide com direitos e interesses legalmente protegido dos cidadãos. Seja no plano da segurança interna, no plano criminal ou

¹¹ Gomes Canotilho e Vital Moreira. Constituição da República anotada. 3.ª edição p. 924.

¹² Art.º 5.º do Código de Procedimento Administrativo Português.

¹³ Em sentido amplo, ou seja, interpretação deve ser compreendida no sentido mais abrangente.

no plano administrativo, os cidadãos ocupam, com bastante relevância, o dia-a-dia da atividade policial no Estado de direito atual (Valente, 2012). Significa que, em todos os ramos da atividade policial, o interesse particular do cidadão está presentes.

A vinculação do respeito pelos “direitos e interesses legalmente protegidos” que se encontra no n.º 1 do artigo 135.º da Constituição da República são-tomense vem limitar a ideia de prossecução do interesse público deste mesmo artigo. Deixa bem claro a ideia de que a prossecução de interesse público tem limites, tem como barreira o direito e interesse legalmente protegido dos cidadãos.

Para Vasco da Silva (1998) a diferença entre direito subjetivo e interesses legítimo dos cidadãos é apenas uma maior ou menor extensão dos conteúdos, tendo em conta que elas são duas formas de perceber a posição jurídica-subjetiva dos particulares perante a Administração Pública. No entendimento de Guedes Valente (2012), é com base no direito subjetivo e consequente interesse legítimo, que os cidadãos podem exigir que a polícia intervenha por uma situação que seja negativa, seja ele lesado ou não. Neste sentido, o autor reconhece a possibilidade dos cidadãos poderem impedir a polícia de prosseguir o interesse público de forma a não prejudicar a sua vida particular e comunitária.

Em São Tomé e Príncipe, a vinculação da Polícia à esse princípio é assegurada pela Lei Orgânica da Polícia Nacional que garante como uma das missões da polícia a “defesa dos direitos pessoais, liberdade e garantia dos cidadãos” (n.º 1 do artigo 1.º da LOPNSTP¹⁴). Cabe ao Estado garantir todos os direitos do cidadão, com capital importância aos direitos fundamentais, tanto de forma positiva (defender face à ameaça da outra parte) como de forma negativa (não agir quando dessa atuação ofende ou sacrifica, de forma arbitrária, os direitos dos cidadãos) (Valente 2012).

3.1.4 Princípio da prossecução do interesse público na atuação policial

A polícia como parte da “Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos” (art.º 135.º n.º 1 da Constituição da República são-tomense).

¹⁴ Lei Orgânica da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe - Decreto-lei 6/2014 de 23 de abril – publicado no diário da República de São Tomé e Príncipe – série n.º 30

A Constituição obriga a polícia e toda Administração Pública a prosseguir este princípio. Para Manuel Valente (2014), a prossecução do interesse público por parte da polícia aparece nas finalidades que são próprias da Administração Pública. “A polícia (...) só está legitimada a prosseguir o interesse público, devendo apartar-se da prossecução de interesses privados”, embora tenha que intervir muitas vezes para repor a ordem e tranquilidade pública e essa reposição pode beneficiar um cidadão em particular (Valente, 2014, p. 211).

Guedes Valente (2014) afirma que a necessidade de prossecução de interesse público está presente nas três dimensões da atuação policial (ordem e tranquilidade pública, administrativa e judiciária ou criminal).

No âmbito da atuação administrativa, a polícia atua nos casos que “tem ou devem ter efeito na defesa de direitos e interesses da comunidade em geral” (Valente, 2014, p. 213), embora possa vir a beneficiar ou não uma pessoa em particular. No âmbito da ordem e tranquilidade pública, a polícia atua na promoção de “segurança pública como um bem supra-individual” (Valente, 2014, p. 212). No âmbito da atuação judiciária ou criminal, a polícia atua com finalidade de realização da justiça e descoberta da verdade material. O interesse público, neste caso, consiste no restabelecimento da paz jurídica que foi posta em causa pelo cometimento do crime ou mera suspeita da prática do crime, sendo que, “o restabelecer da paz jurídica produz o restabelecimento da paz social” (Valente, 2014, p. 213).

Como podemos notar, o interesse público aparece nas várias extensões da atividade de polícia, como fundamento, como finalidade e como limite do exercício da atividade policial, procurando conciliar também com a salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos (Valente, 2014).

3.1.5 Princípio da boa-fé na atuação policial

Este Princípio orienta atividade de toda a administração pública e em particular a atividade policial. O artigo 7.º do Código de Procedimento Administrativo são-tomense, determina que a “Administração Pública e os particulares devem agir e relacionar-se segundo as regras da boa-fé”. Guedes Valente (2014) considera este princípio como sendo um instrumento que garante as expectativas e a confiança dos particulares. A polícia não deve deixar levar ou influenciar por razões subjetivas ou pessoais no intuito de favorecimento

próprio ou de terceiro (Santos 2002). A violação desse princípio resulta numa quebra de confiança, por parte dos cidadãos, na polícia que os serve.

3.1.6 Princípio de oportunidade da atuação policial

Segundo Manuel Manteiro Guedes Valente (2014, p. 216), “a obediência cega e absoluta ao princípio da legalidade ou ao princípio da *dura lex, sed lex*¹⁵ [lei é dura, mas é a lei] não se coaduna com a conceção do homem fraco e naturalmente propenso a errar”. O princípio de oportunidade é um princípio estruturante na atividade policial, mesmo que não se encontre assegurado em nenhuma norma. “A opção pela aplicação desse princípio não afasta nem aniquile a verificação do princípio da legalidade” (Valente, 2014, p. 217). A opção de ter ou não em conta o princípio da oportunidade deve sustentar-se no critério da objetividade e de isenção de forma a manter o princípio da legalidade.

O princípio da oportunidade é representado no contexto material e instrumental, mas não tem expressão formal. Esse é um princípio de prossecução da atividade judicial criminal e administrativo. Desta forma, a face visível do Estado (polícia) não pode ficar isento do princípio que torna legítima e torna humanizável a sua ação (Valente, 2014).

3.1.7 Princípio da lealdade na atuação policial

Uma das características do Estado de direito democrático é o respeito pela dignidade da pessoa humana. Desta forma e salientado o que foi dito pelo Guedes Valente (2014, p. 126), a sociedade exige que a polícia “promova o respeito e a garantia dos direitos fundamentais da pessoa” na luta pela paz jurídica e na unificação da defesa da legalidade democrática. Só é possível alcançar a defesa da legalidade democrática, a garantia de segurança interna e dos direitos dos cidadãos se os executantes da função do Estado procederem seguindo os critérios da objetividade conforme manda à Constituição sobre a atuação policial e orientado pelos princípios deontológicos, princípios esse que podemos considerar como orientadores da atividade policial (Silva, 2001).

Germano Marques da Silva (2005) entende que o princípio da lealdade é principalmente de índole moral e expressa uma maneira de ser da pessoa em obtenção de

¹⁵ Lei é dura mas é pra ser cumprida. Por mais dura e severa que possam ser as leis, elas devem ser cumpridas

informações reais em conformidade com o respeito à dignidade da pessoa humana. Esse princípio impõe aos agentes que administram a justiça a obrigatoriedade de atuarem com observância aos “respeitos pelos valores próprios da pessoa humana, com a sua dignidade, (valor supremo que se sobrepõe aos próprios fins da justiça), com a sua integridade pessoal (física ou moral), cuja interdição é absoluta, com a própria liberdade de formação e manifestação da sua vontade perante as demais sociedade” (Valente, 2014, p. 227). A atuação policial no Estado de direito deve sempre adotar uma postura que demonstra o profundo respeito pela personalidade humana e pela realização da justiça (Sousa 1995).

Em termo do processo penal, o princípio da lealdade acompanha todo o meio/método de produção de prova. Reforçando na ideia de Guedes Valente (2014), o estado atual das coisas estabelece que a polícia tenha sempre uma atitude leal, relativamente à produção de prova, seja ele no âmbito criminal ou contraordenacional. O número 6 do artigo 40.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe impõem esse princípio aos operadores judiciais (seja polícia ou outros operadores) ao proibir as provas obtidas de forma desleal. A Constituição são-tomense, anula todas e qualquer provas que são obtidos com recurso à “tortura, coação, ofensa da integridade física ou moral, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações” (nº 6 do artº 40 da Constituição da República são-tomense). O fundamento para a proibição desse tipo de prova no processo é, justamente, a falta de lealdade na sua obtenção. Esse princípio deve acompanhar o processo não só na fase de recolha de provas, mas em todas as suas fases.

Hoje em dia, a polícia não pode ver a verdade material como fim ou valor supremo numa investigação. A dignidade da pessoa humana, a sua integridade física e psicológica, a sua liberdade de pensar, de decidir e de agir sem qualquer tipo coação, interpelação e aprovação deve estar sempre presente em qualquer que for o campo da atuação da polícia ou qualquer outra entidade do Estado. “A busca da verdade material não se pode prender com métodos ou meios criminosos com finalidade de prevenir os cometimentos de infrações” (Valente, 2014, p. 229).

3.1.8 Princípio da igualdade e da Imparcialidade

O princípio de igualdade e de imparcialidade não se confundem. A sua junção deve-se a interligação existente entre os mesmos. Desta forma, Guedes Valente (2014) entende princípio de imparcialidade como sendo consequência necessária do princípio da igualdade,

sendo que, o mesmo se prende com o princípio da legalidade e é uma exigência do princípio da justiça.

No que toca à Constituição são-tomense, o princípio de igualdade encontra a sua legitimidade constitucional no artigo 15º. Gomes Canotilho e Vital Moreira (2007, pp. 336-337) consideram este princípio como “estruturante do sistema constitucional global, conjugando dialeticamente as dimensões liberais, democráticas e sociais, inerente ao conceito de Estado de direito democrático e social”.

A polícia, para além de estar vinculada ao princípio da igualdade, a sua atuação deve ser no sentido de materializar este princípio, isto é, fazer com que as pessoas vivam e sintam a observância do princípio da igualdade e da imparcialidade durante a atuação policial. A vinculação deste princípio, não só a Polícia mas a todos os órgãos da administração do Estado, é feito pelo artigo 15.º da Constituição da República são-tomense.

Para Guedes Valente (2014), no âmbito da atividade de polícia, o princípio da igualdade revela tanto no quadrante negativo como no quadrante positivo. No quadrante positivo, impõe o tratamento igual para situações iguais, isto é, em duas situações em que estão em causa valores jurídicos iguais devem ser tratadas de forma igual. No quadrante negativo impõe o tratamento desigual para situações desiguais, isto é, duas situações em que estão em causa valores jurídicos diferentes devem ser tratadas de forma diferentes na medida da diferença.

A observância do princípio da imparcialidade é uma situação em que os elementos policiais devem ter em conta no dia-a-dia da sua atividade. A violação desse princípio pode ser evitada através do processo de impedimento, suspeição ou escusa de uma situação/processo na qual a pessoa se encontra vulnerável por ser um familiar, amigo ou conhecido que se encontra na qualidade do infrator/arguido. Como diz Guedes Valente (2014), existe uma necessidade de aplicação, com necessária adaptação, da garantia de impedimento, de recusa e de escusa para os órgãos judiciais (Ministério Público, Juiz de instrução Criminal e Juiz), à polícia.

3.1.9 Princípio da Justiça na atuação policial

A polícia como a face visível da lei, protetora dos direitos e defensor da justiça, faz desse princípio, o centro de toda a sua atividade. A atuação policial deve ser de forma que

os cidadãos não sintam que houve a falta de justiça. Implica dizer que deve haver uma clara concretização não só deste princípio mas também o da proporcionalidade, da igualdade, da imparcialidade e da dignidade da pessoa humana (Valete, 2014)

A justiça defendida pelo Guedes Valente (2014) no que respeita a atividade policial “ultrapassa a ideia de justiça formal como princípio de ação” (p. 237). O autor defende o princípio de uma justiça material “que proíbe condutas policiais arbitrárias e parciais” (Valente, 2014, p. 237).

A utilização do princípio da justiça do ponto de vista material permite uma pacificação social e evita violação arbitrária das leis em vigor. Esse princípio deve estar vincado no princípio da legalidade e da igualdade na atuação policial e, implica também a promoção e respeito das diferenças e da diversidade. A Constituição da República são-tomense obriga, no seu artigo 7.º, ao Estado e a todo seu aparelho administrativo, incluindo a polícia, a zelar pela “salvaguarda da Justiça e da legalidade como valores fundamentais da vida coletiva”.

Guedes Valente (2014. P. 238) afirma que “a justiça como princípio positivado (...), apresenta-se como uma pauta de valores supremos da ordem constitucional”.

3.1.10 Concordância prática na atuação policial

A concordância prática é bastante analisada pela doutrina constitucional e processual penal relativamente às normas, quando estiverem em conflito a prossecução do interesse público e os direitos e interesses privados relevantes (Valente, 2014). Este princípio é vivido no dia-a-dia da atividade policial.

Este princípio é necessário “quando na balança se procura equilibrar princípios e direitos e interesses públicos e privados relevantes” (Valente, 2006, p.291). De outra forma, podemos dizer que esse princípio é chamado “quando existe a colisão entre direitos fundamentais ou entre direitos fundamentais e bens jurídicos constitucionalmente protegidos” (Canotilho, 1999, p. 1150).

Na atividade policial, o princípio da concordância prática exige a sua assunção quando houver colisão entre princípio de atuação, como por exemplo:

-“Princípio da legalidade *versus* o princípio da oportunidade;

- Princípio da prossecução do interesse público *versus* o princípio do respeito do interesse legalmente protegido do particular;
- Princípio da justiça *versus* o princípio da liberdade;
- Princípio da igualdade *versus* unidade do direito” (Valente, 2006, p. 294).

O n.º 1 do artigo 19.º da Constituição da República de São Tomé e Príncipe só permite a restrição dos direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição. Desta forma e sem a concordância prática não era possível um trabalho eficaz por parte dos polícias.

No ramo da atividade policial existe muitas vezes, a contradição entre dois princípios que norteiam a atividade, desta forma a polícia não pode deixar de agir com fundamento de não querer ferir nenhum dos princípios. A polícia deve ter em conta os bens jurídicos em conflito e fazer uma ponderação destes com o “valor passional dos princípios dentro da unidade do sistema jurídico” (Valente, 2014, p. 240). Existe uma constante colisão entre direitos, liberdades e garantias constitucionalmente protegido dos cidadãos na atuação policial. Cabe a Polícia respeitar e fazer respeitar esses direitos dos cidadãos. Isto faz com que a polícia recorre a concordância prática para levar a cabo a sua atividade. A polícia restringe, o mínimo necessário, um direito fundamental (direito à livre circulação) para salvaguardar outros direitos e interesses constitucionalmente protegido (direito à segurança, à vida e à integridade física) (Valente 2009).

3.1.11 Princípio da liberdade na atuação policial

A liberdade e a segurança são pilares fundamentais no Estado de direito democrático e tem uma “força jurídica pré-constituente, supraconstituente, e impõe a vontade do legislador constituinte formal” (Otero 2007, cit in, Valente 2013, p. 339).

A polícia deve atuar, partindo do princípio que todos os homens são livres e merecem gozar a sua liberdade. Eduardo Correia (2015, p. 8) entende que a liberdade não é absoluta existe uma recusa de indeterminismo de forma a aceitar “diferentes formas de condicionamento como circunstancia *sine qua nom*, (...) enquanto garantia da segurança coletiva”. A segurança, enquanto bem coletivo, é garantido através das convenções sociais aceite pela sociedade (Correio, 2015). A Constituição da República são-tomense impõe ao Estado e consequentemente á polícia, no seu artigo 36.º, o dever de promover a liberdade

aos cidadãos. Significa dizer que a polícia deve trabalhar para que os cidadãos tenham condições necessárias para usufruírem do direito de ser livre. A Polícia é a força responsável pela manutenção e garantia da segurança de pessoas e seus bens dentro do território nacional. Neste sentido, a Constituição da República são-tomense, associa a segurança e a liberdade num só artigo¹⁶. Isso traduz-se no facto de esses dois direitos fundamentais estarem interrelacionados. A liberdade depende de segurança e a segurança depende da liberdade, isto é, sem segurança o cidadão não pode gozar da sua liberdade e se não houver liberdade o cidadão não estará em condições de dizer que sente-se seguro (Clemente, 2015).

A liberdade, para além de ser um direito natural, um ideal, um valor, é também um princípio que deve ser instruído pela Polícia de forma que cada um possa autodeterminar-se, isto é, escolher voluntaria e espontaneamente, sem ingerência alguma na procura de “necessidade e do seu ideal de crescimento e desenvolvimento no seio comunitário” (Valente, 2014, p. 246).

No processo criminal/judicial, a polícia promove a liberdade por afastar da sociedade, toda e qualquer pessoa que põe em risco a segurança dos cidadãos e dos seus bens. Numa investigação, como sabemos, o suspeito pode não ser o autor do crime, desta forma, cabe a polícia desenvolver diligências de forma a descobrir quem é o verdadeiro autor e também devolver o direito a liberdade ao suspeito inicial por não ser este o merecedor da privação desse direito fundamental (direito à liberdade). Para Guedes Valente (2014, p. 251), “a separação das funções [dos órgãos de poder] promove necessariamente o respeito pelo princípio da liberdade”, tendo em conta que torna mais justa a ponderação e análise de factos, sendo que o objetivo final é a realização da pessoa humana e da sua dignidade.

O princípio da liberdade obriga a polícia a uma intervenção que seja fundamentada e fundeada na materialização dos outros princípios gerais e específicos da atuação, exigindo que em qualquer ação de busca domiciliar, por exemplo, haja fundamentos convincentes, baseados em factos, para que seja emitido o mandado (Valente 2014).

¹⁶ Artigo 36º

3.2 Exercício da Atividade Policial no Estado de Direito Democrático

Uma atuação policial, pode ser considerada como má se violar o princípio da democracia, entendido por Guedes Valente (2014, p. 219) como sendo “princípio crucial na edificação da justiça”. A relevância do princípio da democracia é, não só no plano jurídico mas também na vertente da ordem e tranquilidade pública e administrativa, sendo que, “a atividade policial pode e deve respeitar, defender e garantir no seu processo de concreção” (Valente, 2014, p. 219).

Lincoln (cit in, Canotilho, 1999, p. 281) considera que a essência de uma democracia baseia-se em “um governo do povo, pelo povo e para o povo”. Nesta ordem de ideias e sendo a polícia a face visível do Estado (logo representante visível do interesse do povo), é importante que a sua atuação seja dentro dos limites dos princípios democráticos, tanto no âmbito do processo penal como no âmbito administrativo e de ordem e segurança pública (Valente, 2014).

O fim pretendido com atuação policial, sobretudo no que respeita ao processo penal, “não se esgota na descoberta da verdade material a qualquer custo” (Valente, 2014, p. 220), principalmente quando estão em causa direitos fundamentais dos cidadãos. A proteção efetiva dos direitos, liberdades e garantias, deve ser vista como “uma das finalidades da polícia não só contra agressões dos particulares, mas também os abusos do *jus puniendi*¹⁷ do Estado” (Valente, 2014 p. 220).

A Polícia deve promover e materializar os princípios e os direitos que são próprios de um Estado de direito democrático, ou seja, materialização do princípio da democracia como forma de legitimar a sua atuação numa sociedade democrática (Canotilho, 1999). Uma das formas de garantir os direitos fundamentais num Estado de direito democrático, passa pela materialização dos princípios democráticos, tendo em conta que direitos fundamentais são “elementos constitutivos de um Estado de direito democrático, fundamento para a existência de uma força coletiva dotada de prerrogativa de *ius imperii*¹⁸ e, (...) limite imanente e concreto da sua atuação” (Valente, 2014, pp. 220-221).

¹⁷ Direito de punir

¹⁸ Especial poder de autoridade

O princípio da democracia, enquanto “princípio de dignidade e de liberdade” (Valente, 2014, p. 221), impõe que seja dada aos cidadãos, liberdade para escolher os atos que irão levar a cabo. Como diz Germano Marques da Silva (cit in, Beleza, 1995), “a capacidade para o bem e para o mal está em cada um de nós como uma possibilidade que as circunstâncias podem sempre ajudar a exteriorizar”¹⁹. Na conceção do autor, a ocasião faz o ladrão, isso significa que todos os homens são potenciais infratores. Neste sentido, a existência de uma polícia que tenha como objetivo a concretização da democracia como valor essencial de uma sociedade, mas que, em paralelo, utiliza conjunto de meios e métodos que são antidemocrático, apropriado para uma legitimação autoritária do poder, nunca encontra sua legitimidade social (Silva 1999).

Considerando que a dignidade da pessoa humana como princípio estruturante de um Estado de direito democrático obriga que haja igualdade entre os indivíduos relativamente a lei em vigor. A demonstração dessa igualdade deve ser formal e material, de forma a garantir que essa igualdade seja sentida e vivida na prática. Guedes Valente (2014, p. 222) entende que “a conceção democrática da sociedade impõe que a polícia tenha necessariamente uma visão de ser humano como um ser frágil”. A oportunidade que a sociedade oferece, culminado com circunstância social, psicológica e económica do individuo obriga a que esse envergue para a prática de atos ilícitos (Valente 2014). Germano Marques da Silva (site in Beleza 1999) entende que é mais grave quando há violação da regras fundamentais da dignidade e da retidão da atuação, pilar fundamental da sociedade democrática, do que pela não punição de um crime, por mais grave que seja. A polícia não pode recorrer aos meios ilícitos e inaceitáveis num Estado de direito democrático para reprimir ou prevenir uma determinada infração.

O princípio democrático tem uma grande expressão no alcance funcional da atividade de polícia ou na natureza de polícia judiciária tendo em conta que é nesta dimensão que os direito e liberdades fundamentais da pessoa humana estão mais patentes e suscetíveis de serem ofendidos. Uma prova obtida no processo penal de forma ilícita não serve para quem inicialmente esta serviria, mas sim para condenar aquele que a obteve ilicitamente.

¹⁹ Germano Marques da Silva, si in, Tereza Beleza e Outros. *Apontamento de direito processo penal* – Vol. III, Lisboa: AAFDL 1995, p. 63

3.3 A Discrecionariedade na Atuação Policial

Os poderes policiais no Estado de direito democrático são atribuídos por lei, tendo em vista o fim que esta mesma lei estabelece. António Francisco de Sousa (2009, p. 215) afirma que “não há polícia sem lei ou à margem da lei e do Direito”. O mesmo equipara os poderes policiais aos poderes jurídicos. É reconhecido à autoridade policial uma liberdade de configuração relativamente a aplicação de uma lei aos casos concretos, de forma a garantir uma medida apropriada e no momento oportuno de forma a dinamizar não só a eficácia do trabalho policial, mas também uma melhor justiça relativamente ao caso concreto (Sousa, 2009).

Atualmente a discrecionariedade não é livre, ela é exercida sempre com o objetivo de alcançar o fim que a própria lei pretende alcançar. Nesta ordem de ideia e como entende José Andrade (2011, p. 42) existe sempre uma “discrecionariedade vinculada, pelo menos, à finalidade legal”. Por outro lado, a existência muitas vezes de uma definição abstrata dos pressupostos legais pela existência de conceitos vagos, o agente policial deve sempre colaborar com a realização do fim legal relativamente ao caso concreto, isto faz com que haja uma vinculação discrecionária (Andrade, 2011).

A polícia tem uma maior ou menor liberdade dependendo do ramo da atuação e do caso em concreto. Em todas as vertentes, a discrecionariedade da atuação policial é assegurada, seja ele de natureza processual penal, administrativa ou ordem e tranquilidade pública. Em todos os ramos da atuação, a discrecionariedade policial tem de se basear numa liberdade objetiva e não subjetiva, isto é, uma liberdade que orienta para a realização da justiça nos casos concretos, deixando de parte a satisfação dos caprichos pessoais ou institucionais. Essa liberdade é atribuída por lei e limitada por lei (Sousa, 2009).

Em virtude da procedência legal, não há dúvidas que a discrecionariedade não significa uma liberdade de atuação, mas sim um espaço de decisão consequente da conceção legislativa dentro do princípio da competência que rege a atuação policial (Andrade, 2011). A discrecionariedade não põe em causa o princípio da legalidade mas sim vem complementar e dar maior eficácia a este princípio.

A polícia intervém em situações dinâmicas do cotidiano. Desta forma ela deve ter uma margem de manobra (margem de liberdade na atuação) que seja maior ou menor consoante a área de intervenção. É nesta linha de pensamento que Marcelo Caetano (cit in, Sousa, 2009) afirma não ser possível cingir a atuação policial na legalidade, de forma a

“reduzi-la a mera atividade executora da lei nos preciosos termos por está regulado” (p. 217). A discricionariedade permite uma melhor intervenção e uma maior eficácia na atuação, mas “o reconhecimento de um tão amplo poder discricionário (...) pode conduzir a um poder policial sem limite” (Sousa, 1999, p. 219) e isso é incompatível com as regras do Estado de direito.

A polícia age em conformidade com situação concreta, o que seria difícil prever uma atuação com recurso a uma legalidade total, visto que, a situação da vida é bastante dinâmica. Conforme diz José Andrade (2011, p. 47), “não há uma solução única na determinação concreta da hipótese normativa”. No ramo de processo penal é necessário que a discricionariedade policial seja reduzida, sobretudo, para legitimar a atuação²⁰, uma vez que nesse ramo encontra presente o conflito constante entre direitos, liberdades e garantias do cidadão com a prossecução do interesse público²¹.

A discricionariedade da atividade policial num Estado de direito democrático, como é o caso de São Tomé e Príncipe, é uma discricionariedade limitada, ou seja, toda a atividade policial, “mesmo no uso de poderes discricionários, que se entende agora como concedido por lei, está sempre subordinada ao direito – seja ao preceito constitucional relativo aos direitos, liberdades e garantias, seja a princípios jurídicos fundamentais²²” (Andrade, 2011, pp. 39-40), que regimentam o modo de atuar dos polícias.

3.3.1 Discricionariedade policial face ao Estado de direito

A discricionariedade policial à luz do Estado de direito não deve ser vista como surpreendente pelo facto de autoridade policial ter um poder que lhe permite uma margem de manobra na atuação. Este poder enquadra-se na ideia do que é Estado de direito e é indispensável para uma boa e adequada prossecução da função administrativa, em geral, e, em particular, para prevenção de perigo. A discricionariedade policial é vista como um meio de concretização do exercício da sua função (Sousa, 1999).

A discricionariedade não pode ser usada como fundamento para abuso de poder, mas sim para a resolução dos casos concretos dentro do respeito pelos princípios que norteiam a

²⁰ Em primeiro lugar uma legitimidade da própria lei e consequentemente uma maior aceitação por parte da população (legitimidade sociológica)

²¹ Direito do Estado de perseguir e punir os infratores e consequente reposição da paz social

²² Princípio da igualdade, princípio da imparcialidade, princípio da proporcionalidade, princípio da justiça, princípio da boa-fé e princípio da racionalidade (Andrade 2011).

atuação policial. Neste sentido, a discricionariedade deve ser exercida dentro dos deveres próprios da função que a polícia está incumbida de levar a cabo. Isto implica, desde logo, o respeito pelas leis e princípios em vigor. A existência do poder discricionário não deixa a polícia livre de levar a cabo as funções que estão incumbidas, muito pelo contrário, faz com que a polícia exerça a sua função da melhor maneira e com maior rigor.

A discricionariedade apresenta alguns limites, para além dos que são próprios da lei em vigor. António de Sousa (2009) entende que a discricionariedade:

- Não pode ser usada como forma de intimidação para o fim de prevenção geral, embora possa ser usada no lugar onde possa haver pessoas com intenção de levar a cabo atos violentos que põe em causa a vida ou integridade física dos elementos policiais ou do terceiro;

- Não existe discricionariedade na escolha de recurso ao meio repressivo ou preventivo. A polícia deve agir de acordo ao caso concreto e saber se deve prevenir ou reprimir uma infração, não com base na discricionariedade mas sim com fundamento do fim que a decisão visa alcançar, isto é, entender se o bem jurídico já foi violado ou se encontra em perigo. Prevenção para aqueles que encontram em perigo e repressão para o violador da norma.

- Não existe discricionariedade quando está em causa um bem jurídico relevante. A polícia tem a obrigação de agir quando está em causa o bem jurídico como a vida, a integridade física, a saúde ou bem patrimonial, artístico ou cultural de elevado valor.

- Não há discricionariedade na disponibilidade para eventual intervenção, isto é, a polícia tem que manter-se em condições de intervir em casos que a lei obriga.

3.4 Legitimidade na Atuação Policial

A atividade policial carece de dupla legitimidade: legitimidade normativa ou legal e legitimidade social. Significa dizer que durante a sua atividade a polícia deve observância não só a lei mas também a aceitação social. O trabalho da polícia é direcionado para o bem-estar dos cidadãos e, desta forma, não basta que a polícia obedeça o princípio da legalidade sem ter em conta a verdadeira necessidade social, isto é, o que a população acha ser aceitável e necessária para o seu próprio bem.

Não é suficiente assumir que o facto de atividade policial se basear na lei para afirmar que ela contém o verdadeiro mandato do povo (Valente 2014).

A primeira vertente da legitimidade (legitimidade legal) é entendida pelo Guedes Valente (2013) como demais evidente face à origem orgânica dos diplomas que regem a atividade policial. A segunda vertente (legitimidade sociológica) é mais difícil de perceber uma vez que surgem muitas dúvidas quanto à necessidade de utilização de medidas de polícia ou processuais que violem os direitos fundamentais dos cidadãos. Apesar de serem legais, não serão aceites pela comunidade uma vez que não as acham úteis à sociedade, ou por serem medidas que violam os direitos fundamentais dos cidadãos.

A atividade de polícia carece por um lado da legitimidade normativa em que a lei é emanada do órgão competente e, por outro lado da legitimidade social, isto é, sentimento de que a atividade policial é necessária e útil para a sociedade (Valente 2014).

3.4.1 Legitimidade legal da atuação policial

A legitimada dada pela lei, emanada pelos órgãos eleitos pelo povo e legitimada aos olhos do povo como sendo uma atividade necessária é importante. A própria lei deve ditar o que a polícia faz ou deixa de fazer. A polícia, no seu dia-a-dia tem contacto direto com os cidadão e sabe efetivamente qual é a ação útil e necessária para os mesmos. Logo, a intervenção policial deve ser baseada na lei para dar resposta concreta a essa necessidade/carência. Significa que toda e qualquer atividade realizada devem estar previamente justificadas por uma lei anterior.

A legitimidade da prescrição legal da intervenção da Polícia deve nascer de uma política direcionada para o homem sujeito e não para o homem objeto (Valente 2013), sendo que, este tipo de legitimidade surge da prossecução da finalidade máxima da atividade policial, que é proteção dos direitos fundamentais das pessoas. Neste sentido, torna-se desde logo legitimado por colocar no topo das prioridades os pilares importantes do Estado de direito democrático que são o respeito da dignidade da pessoa humana e a proteção de direitos fundamentais.

Consideramos importante que a legitimidade através da legalidade na atividade policial provém da própria lei mãe (Constituição da República) tendo em conta que na prossecução da atividade policial existe conflito constante com os direitos liberdades e

garantias constitucionalmente protegidos. Entendemos, porém, que deve haver sempre um comando constitucional relativamente aos órgãos que podem, quando a circunstancia exigir e para assegurar um direito ou interesse superior restringir direitos, liberdades e garantias constitucionalmente protegido.

Toda a atividade policial deve obedecer rigorosamente o princípio da legalidade, isto é, deve haver uma lei anterior que sirva de linha de orientação da atividade dos agentes. Quando a intervenção do Estado opera onde entra em conflito com direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos é importante que haja uma legitimidade normativa para estabilizar o sistema por força do “código jurídico” (Valente 2013). Guedes Valente (2013) entende que isso não passa de uma autoilusão, tendo em conta que, independentemente da virtude da inalterabilidade, o positivismo influencia o direito, ou seja, é uma ordem que pode ou não ser alterada por pressão e exigência da sociedade. Desta forma, para além do comando legal é também necessário uma legitimidade sociológica.

3.4.2 Legitimidade social da atividade policial

A obediência cega ao princípio da legalidade pode acarretar problemas sociais desnecessários. A garantia da legitimidade da atuação policial quebra-se com a não-aceitação, por parte da população, de um uso excessivo da força física pela polícia, isto é, quebra-se a confiança que o povo dá à Polícia para a prossecução da segurança e consequente liberdade (Valente 2014). A legitimidade da atuação policial tem como finalidade a concretização de uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária, porque a justiça vem substituir o desejo de vingança e evita a chamada “justiça de rua” ou “justiça com as próprias mãos”. A legitimidade afasta da atuação policial uma intervenção física que seja para além do estritamente necessário, sendo usada a força física por parte da polícia apenas quando outros meios menos gravosos se mostrem claramente ineficazes (Valente 2014).

Como referimos anteriormente e nas palavras do Professor Germano Marques da Silva (2001, p. 20) “a população está disposta a ajudar uma Polícia que lhe pareça claramente legítima, ou seja, uma Polícia que respeite a legalidade, que seja tecnicamente eficaz, que cumpra os imperativos morais dominantes e que seja eticamente responsável”. A legitimidade da polícia baseia-se na confiança que o povo atribui a polícia, sendo que essa confiança parte da própria competência que a polícia demonstra na resolução concreta dos problemas da sociedade.

Guedes Valente (2013, p. 338) afirma que “não basta a obediência à legalidade positiva. Impõe-se que a ação (...) [policial deve] afirmar nos valores e princípios que dão espessura à legitimidade como valor de ordem superior – que não só engloba, como abraça a própria legitimidade positiva”.

Através do trabalho que é desenvolvido pela polícia, o homem deixa de ser homem natureza e realizar-se enquanto homem social, de forma a contribuir para o bem-estar comum, ou seja, possibilita ao homem uma convivência na sociedade dentro do respeito pelos direitos liberdades e garantias de cada um (Clemente, 2015).

Na sociedade de hoje, uma sociedade democrática, a atividade policial só é legítima, se essa atividade for respeitadora do pilar essencial do Estado de direito democrático (dignidade da pessoa humana). O culto da liberdade e o exercício da liberdade converteram em princípio, cuja limitação ou restrição não pode, de maneira alguma, ferir o seu núcleo essencial – a dignidade da pessoa humana. A legitimidade social é, hoje, fundamento e limite da intervenção policial (Valente 2012).

I I PARTE – DESENVOLVIMENTO PRÁTICO

CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO POLICIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

4.1 A Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

Depois da independência de São Tomé e Príncipe, em 1975, foi criada, pelo Decreto-Lei n.º 10/75 de 27 de agosto, uma força paramilitar armada e uniformizada com objetivo de promover a segurança pública (segurança de pessoas e bens). No que concerne à sua organização, houve na altura um vazio legal relativamente a diversas situações, nomeadamente às condições de trabalho, quadro do pessoal, condições de recrutamento, capacitação, ingresso e promoção de quadro. Desta forma, mesmo com este défice legal viu-se nascer e funcionar uma instituição pronta para levar a cabo toda atividade relacionada com a segurança de pessoas e bens.

Com vista a adequar alguns órgãos do Ministério da Defesa e Segurança para algumas exigências político-administrativa, surge o Decreto-Lei n.º 24/79, de 16 de março, que cria o Departamento de Polícia Nacional que, para além de mais²³, assumiu todas as competências que eram da Polícia Judiciária, passando a ser, em simultâneo, uma polícia de segurança pública e uma polícia de investigação criminal. O pessoal, anteriormente pertencente a Polícia Judiciária, foi transferido para o departamento ora criado e integrado com categorias e postos próprios deste departamento.

Só em 1991, com a criação do Comando da Polícia Nacional, pelo Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de abril, o Departamento da Polícia Nacional foi extinto. O Governo decidiu que a função da Polícia Judiciária deveria estar atribuída a um organismo pertencente ao Ministério da Justiça, na dependência hierárquica e funcional do Procurador-Geral da República. Desta forma, o Comando da Polícia Nacional passou a ter apenas a função de

²³ Além de todas as competências de ordem e tranquilidade pública, assumiu a competência de polícia judiciária.

garantir a segurança, a ordem e a tranquilidade pública em todo território nacional (Preâmbulo do Decreto-lei n.º 6/2014, de 23 de abril).

Durante todo este percurso, nota-se que o próprio pensamento legislativo era insuficiente, não sendo possível proceder em conformidade com o reajustado quadro do pessoal, ou seja, não conseguia definir com clareza a forma de organização da Polícia Nacional. Isso fez com que a Polícia Nacional continuasse, no essencial, a orientar-se por legislação que se encontrava em vigor desde o tempo de independência, mesmo com todos os desajustamentos resultantes do decurso do tempo e das circunstâncias políticas.

A falta de definição jurídica relativamente às funções e cargos fez com que houvesse grande incerteza e até mesmo conflitos de competência, o que gerou quebra de autoridade do Estado que importava restaurar. Isso levou também a larga discricionariedade nos procedimentos de atuação da Polícia Nacional, o que podia levar a um entendimento de clara injustiça ou diferenciação de tratamentos em situações similares, isto é, decisão baseada em favorecimentos pessoais.

O Decreto-Lei n.º 6/2014, de 23 de abril (Lei Orgânica da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe), surge com o objetivo de responder às necessidades de um serviço de segurança pública, definindo objetivamente a natureza, atribuições e competências da Polícia Nacional, de forma a proporcionar um serviço modernizado, que responda eficazmente aos anseios e necessidades da população e a garantir a estabilidade, a ordem e tranquilidade públicas. Para além disso, este diploma legal define quais os órgãos e autoridades da polícia Nacional bem como as competências e responsabilidades dos mesmos de forma a atribuir legitimidade do trabalho de polícia e evitar eventuais excessos relativamente as competências, clarificar os objetivos para que haja um respeito integral na realização das tarefas de cada um²⁴. Isso vem dar resposta a exigência do Estado de direito democrático, isto é, permitir que a Polícia Nacional se integra na exigência constitucional relativamente ao Estado de direito democrático.

Com a criação do referido diploma, ficou definido um modelo de funcionamento, considerado o mais adequado para a instituição de forma a evitar lacunas e visão individual de cada responsável.

²⁴ Preâmbulo da lei orgânica da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe (Decreto-Lei n.º 6/2014, de 23 de abril)

Cabe à Polícia Nacional levar a cabo as atribuições dadas por lei em matéria de ordem e tranquilidade pública, garantia de direitos e liberdades dos cidadãos em todo o território são-tomense. A organização desta força de segurança é uma e “única para todo território nacional, obedecendo a uma hierarquia de comando em todos os níveis da sua estrutura, que culmina no membro do Governo responsável pela área de segurança interna” (n.º 2 do art.º 1.º da LOPN).

O n.º 1 do artigo 1.º do DL n.º 6/2014, de 23 de abril, define a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe como “uma força paramilitar de segurança pública e ordem interna, uniformizada e armada, que tem por funções a defesa dos direitos pessoais, liberdade e garantia dos cidadãos, a defesa da legalidade democrática e a garantia da segurança interna, de harmonia com o disposto na Constituição e nas demais leis”.

O conceito de polícia aparenta ser de fácil perceção, tendo em conta o senso comum, mas tem inúmeras especificidades no seu sentido lato. Neste sentido, Marcello Caetano (1990) define Polícia como “o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objetivo evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (p. 1150). Guedes Valente (2009, p. 39) apresenta uma ideia mais atual, onde assegura que “a Polícia é ou deve ser, hoje, um garante da liberdade do cidadão face às ofensas ilícitas concretizadas e produzidas quer por outrem, quer pelo próprio Estado”. O n.º 1 do artigo 272.º da Constituição da República Portuguesa, explicita que “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, e a Lei de Segurança Interna portuguesa²⁵, define a segurança interna como sendo “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

Entendemos que estes conceitos se enquadram perfeitamente na função da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, uma força de segurança paramilitar, armada e uniformizada, que se encontra numa estrutura de Estado de direito democrático e está sob a égide do Ministério da Administração Interna, preocupando-se exclusivamente com a

²⁵ Artigo 1.º, n.º 1 da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

segurança interna do País, ou seja, manutenção da ordem, segurança e tranquilidade pública e o funcionamento normal das instituições democráticas em que afirma-se através de proteção de pessoas e bens, garantia de direitos, liberdades dos cidadãos.

4.2 Estrutura Geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

Olhando para o organigrama no anexo K (organigrama da Polícia Nacional), podemos destacar duas áreas de extrema importância: o Comando Geral e a Área Operacional. No que concerne a Área Operacional, podemos ainda destacar os comandos operacionais que se encontram distribuídos nos seis distritos do País e a Região Autónoma do Príncipe. Estes comandos são constituídos por uma estrutura de serviços convenientes à sua dimensão geográfica e ao volume de serviços ou população ao seu cargo (Santos, 2015).

Os comandos são unidades de jurisdição territorial, que levam a cabo todas as atribuições da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe nas respetivas áreas de responsabilidade (art.º 21.º da LOPN). Os distritos e a região autónoma são comandados por um oficial com o posto de Subintendente e auxiliado por um Comissário, mas face à insuficiência de efetivo alguns desses comandos estão sob a responsabilidade de um Comissário ou até mesmo de um Subcomissário (art.º 45.º LOPN). Os comandos distritais e o regional têm ao seu cargo Esquadras, comandadas por um Subcomissário e na ausência deste por um Chefe de Esquadra que naturalmente desempenha a função de adjunto do comandante de Esquadra. Pode-se ainda encontrar os chamados postos policiais que são subunidades criadas tendo em conta as necessidades de implementação territorial com intuito de atribuir uma maior cobertura nas áreas de intervenção. Cada posto é normalmente comandado por um 2.º Subchefe, coadjuvado por um Agente Principal (artigo 50 da LOPN).

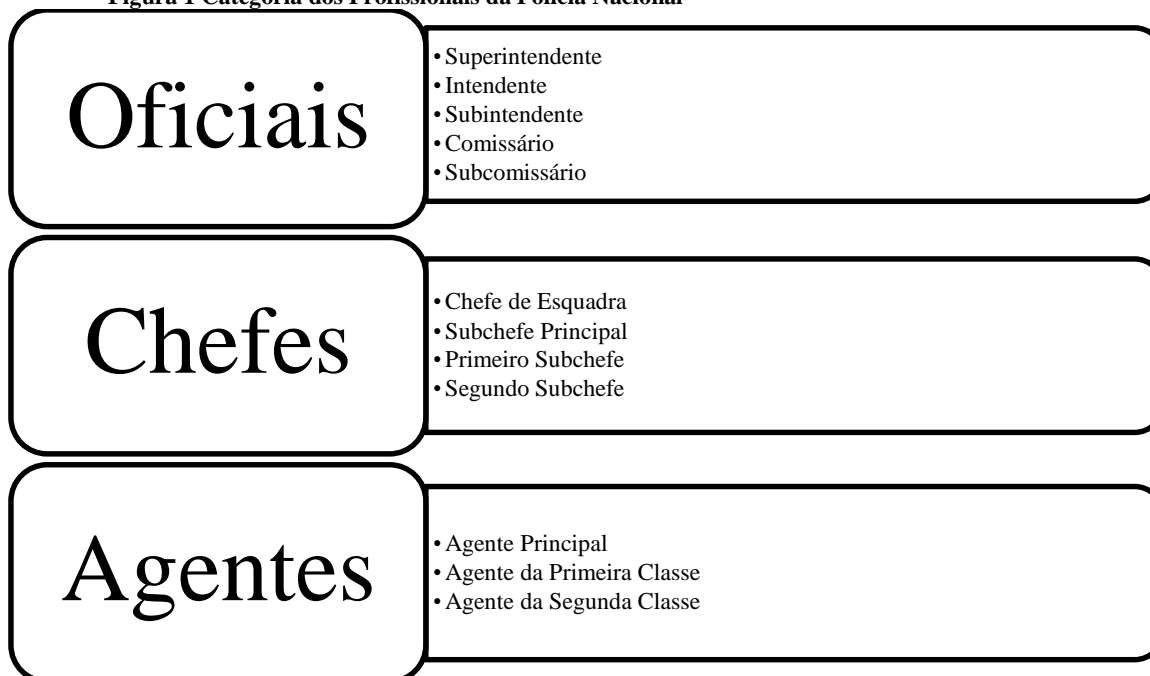
4.3 Estrutura Hierárquica e Funcional da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

Em São Tomé e Príncipe a estrutura do Ministério que tutela a Polícia Nacional não foi sempre o mesmo. Se reparamos na história da organização político-institucional em São Tomé e Príncipe, a Polícia Nacional esteve sob tutela do Ministério da Defesa e Ordem

Interna²⁶. O Ministério que exercia a função de administração interna era o mesmo que exercia a função de defesa do país. Atualmente, a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe está sob a tutela do Ministério da Administração Interna (independente do Ministério da Defesa), e está constituída por um Comando Geral suportado por quatro grandes áreas e duas repartições, conforme consta no quadro que se encontra no anexo K. A organização da Polícia Nacional encontra-se estruturada hierarquicamente, verificando-se que o seu pessoal está sujeito a uma hierarquia de comando (Santos, 2015).

Na conceção de Nunes (2007), a hierarquia de uma organização é entendida em consonância com diferentes elementos de um determinado sistema, com a particularidade de cada um deles ser subordinado do elemento que se encontra imediatamente acima. O autor considera que, com base na hierarquia, são instituídas as relações de autoridade formal entre superiores e seus subordinados, bem como a definição concreta da estrutura da organização. Desta feita, o estatuto do pessoal da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe²⁷ estabelece que esta instituição encontra-se agrupada em três carreiras: Oficial de Polícia, Chefe de Polícia e Agente de Polícia, onde, o posto mais elevado da estrutura hierárquica é o de Superintendente, obedecendo seguidamente, a seguinte ordem como consta na figura abaixo:

Figura 1 Categoria dos Profissionais da Polícia Nacional



Fonte: Elaborado por próprio

O Ministério de Ordem Interna e o Ministério de Defesa constituíam apenas um Ministério

²⁷ Decreto-Lei n.º 28/2009 de 26 de agosto

4.4 Modelo de Atuação Policial em São Tomé e Príncipe

O problema de segurança está atualmente no centro de debate em São Tomé e Príncipe e em todas as sociedades democráticas tendo em conta que torna-se inegável a associação de segurança à liberdade. A liberdade e segurança devem ser considerados dois valores fundamentais de uma sociedade democrática. Esses dois valores dependem claramente um do outro. Na ideia de Pedro Clemente (2015, p.34) “não há segurança dissociado da liberdade: a liberdade sem segurança é uma prisão sem grade e a segurança sem liberdade consiste num pântano insalubre”. O cerne da segurança reside no cidadão e é em prol do cidadão que a segurança desenrola (Clemente, 2015). O verdadeiro sentimento de segurança só é possível numa sociedade livre e só em sociedade que combate verdadeiramente a criminalidade é que os cidadãos podem viver a sua liberdade (Fernandes, 2014).

Com o desenvolvimento da sociedade são-tomense e abertura da sociedade ao mundo têm surgido em São Tomé e Príncipe diversas formas de criminalidade violenta que antes não eram conhecidas. Pode dizer-se que esse desenvolvimento da criminalidade condiciona a liberdades dos cidadãos. Na ideia de Pedro Clemente (2015, p. 34), “a segurança é considerada como primeira liberdade cívica da República, cujo domínio constitucional remete para o exercício tranquilo de direitos pessoais”. Para António Andirli (2005), a liberdade é vista numa perspectiva liberal em que tudo é permitido se não for proibido. O autor salienta a necessidade de reduzir a intervenção do Estado como forma de aumentar a liberdade dos indivíduos na sociedade, o que leva-nos ao princípio da mínima intervenção necessária para garantir a liberdade e a necessidade de evitar anarquia.

A Lei Orgânica da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, no seu artigo 2º, atribui a este corpo policial a missão de zelar pela segurança interna do país, sendo que, em situações de normalidade social, deve ser a lei que orienta a forma de participação ativa da Polícia Nacional nos fins de segurança interna. Nesta ordem de ideias, as competências atribuídas à Polícia Nacional pela lei devem ser levadas a cabo dentro do respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (art.º 2.º n.º 3 da LOPNSTP). Neste sentido, compete a esta força de segurança a missão de, dentre outros:

- Implementar e garantir as condições de segurança necessárias ao normal funcionamento das instituições e órgãos democráticos;

- Garantir o livre exercício dos direitos fundamentais, liberdades e garantias dos cidadãos;
- Manter a segurança, a tranquilidade e a ordem pública;
- Prevenir a prática de quaisquer comportamentos ou atos contrários às leis em geral;
- Prevenir a criminalidade, em especial a criminalidade violenta e o terrorismo, em coordenação com outras forças e serviços de segurança, de harmonia com o previsto na legislação sobre a segurança interna;
- Garantir a integridade física e a vida das pessoas e dos seus bens pessoais e patrimoniais;
- Exercer as competências decorrentes das suas atribuições em matéria processual penal, contraordenacional e administrativo;
- Prestar auxílio à execução dos atos administrativos emanados das autoridades competentes e destinados a prever o incumprimento das leis, garantindo a ordem e a tranquilidade públicas;
- Exercer as suas atribuições legais em matéria de licenciamentos administrativos;
- Prestar ajuda às populações e, em especial, aos grupos de risco e;

Exercer as demais competências previstas na lei. (art.º 2 n.º 3 da LOPNSTP).

É neste sentido que se torna necessário que a própria Polícia adote estratégia que oriente a sua atividade para concretização das missões atribuídas pela lei. As normas jurídicas são interpretadas de diferentes maneiras consoante a forma ou entendimento pessoal e a atuação policial deve ser padronizado, isto é, deve ser de mesmo tipo em todo o espaço territorial. Neste sentido, consideramos importante que essa padronização dos procedimentos seja feita com recurso a orientações credíveis sobre a forma de atuação, isto é, criação de normas interna de execução que oriente a atividade dos agente no terreno.

Devido à história institucional da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, grande parte do modelo de policiamento que orienta a atuação dos elementos dessa instituição é o modelo português que é transmitido nas formações. Mas para além disso, a Polícia tem adotado outros modelos de atuação consoante as suas necessidades de momento. O que

justifica pela carência de meios tanto humanos como materiais que a Polícia Nacional enfrenta no seu dia-a-dia e a necessidade de adaptar o modo de atuação à realidade do país.

Na entrevista aos oficiais da Polícia Nacional, podemos apurar que ainda não existem normas técnicas pré-definidas que guiem a atividade do agente e que todos possam proceder consoante as diretrizes pré-estabelecidas. Neste sentido, defendemos uma interpretação mais técnica das normas jurídicas para garantir a padronização dos procedimentos. Defendemos a criação de normas de execução que faz uma interpretação das normas legais e cria procedimentos de atuação baseado naquelas normas. As normas legais dizem o que deve ser feito e as normas de execução devem dizer como deve ser feito. Entendemos que a criação de uma norma de execução permite uma melhoria técnica nos procedimentos e um maior rendimento do executante. Ainda que as normas legais digam o que deve ser feito, se o executante não souber com clareza como fazer, o trabalho fica condicionado.

Relativamente às medidas de polícia, a Polícia Nacional atua dentro das suas atribuições e utiliza as medidas que advêm das próprias leis em vigor, sendo que não pode impor restrições ou fazer uso de meios para além do estritamente necessário (artº 6º da LOPN). Para José Ferreira de Oliveira (2015), com base nos vários cenários definidos pela inteligência policial, é escolhido o nível de emprego de força. A utilização de meios coercivos por parte dos polícias só é autorizada e suscetível de ser considerada justificado se for de acordo aos padrões estabelecidos pelo artigo 6º da Lei Orgânica da Polícia Nacional, ou seja:

- a) Em caso de legítima defesa, própria ou alheia;
- b) Em caso de desobediência a ordem ou mandado legal, se emanados de autoridade legítima ou do seu agente, dados em matéria de serviço e esgotados que tenham sido os meios de dissuasão e persuasão adequados às circunstâncias;
- c) Em caso de necessidade de vencer resistência ilegal à execução de atos de serviço, depois de feita a intimação formal à obediência e esgotados que tenham sido outros meios menos gravosos para o conseguir.

Ainda que estejam reunidas tais condições, o n.º 5 do art.º 8.º proíbe o uso de arma de fogo aos elementos da Polícia Nacional sempre que dele puder resultar perigo para terceiros. O n.º 6 desse mesmo artigo indica os procedimentos que se deve ter em conta no caso de haver necessidade do uso da arma de fogo por parte dos elementos policiais.

Na manutenção de ordem e tranquilidade pública, a Polícia Nacional “atua (...) mantendo total subordinação aos comandos de que dependem” (n.º 3 do art.º 14.º LOPNSTP). Na conceção de José Oliveira (2015), ordem pública é entendida como ausência de qualquer perturbação material ou ausência de desordem. O autor entende que a manutenção desta ordem “visa assegurar ou estabelecer as condições necessárias ao normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (p. 61).

A necessidade de um modelo padronizado de atuação policial que oriente as atividades dos agentes em diferentes pontos de país de forma que os são-tomenses tenham uma Polícia Nacional única em qualquer parte do território nacional constitui uma preocupação constante dos oficiais da Polícia Nacional. Existe uma reunião que é feita quinzenalmente pelos comandantes distritais e de unidades especiais e diretores dos vários gabinetes com objetivo de coordenar e padronizar a atuação onde são partilhadas as informações sobre os comandos e que daí também surgem diretrizes no sentido de adoção de boas práticas. Atualmente a coordenação é estabelecida com base no que vem estipulado na lei orgânica mas também e sobretudo na base do diálogo promovido entre os comandantes distritais. A coordenação através do diálogo se apresenta insuficiente para uma real padronização da atuação, o que nos leva a defender a adoção de normas internas de execução para dar resposta eficaz a essa situação.

A falta de padronização, para além de ser prejudicial para os cidadãos, que não sabem ao certo como a Polícia atua diante de determinadas situações relacionadas com segurança de pessoas e bens, é também prejudicial para os próprios agentes que terão de aprender novamente o trabalho policial cada vez que forem transferidos.

CAPÍTULO 5 - TRABALHO DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Objetivos

Os oficiais de Polícia, principalmente aqueles que exercem função de comando ou direção, são ou devem ser os primeiros fiscalizadores da atuação policial e tentar entender se o trabalho que está a ser desenvolvido satisfaz as reais necessidades da população, isto é, entender se a população está satisfeita com o referido trabalho. A coordenação e a orientação de todas as atividades da Polícia Nacional deve ser uma forma de encontrar, da parte dos referidos elementos, o máximo rendimento e a motivação para atingir da melhor forma, os objetivos preconizados pela instituição.

“Uma Instituição como a Polícia Nacional não pode ser vista como um mero instrumento destinado a produção de bens e serviços” (Santos 2015, p. 48) de forma desorganizada. Há necessidade de cada um dos elementos saber o que fazer e como fazer para atingir da melhor forma os objetivos pretendidos.

Com o presente trabalho tencionamos identificar através da opinião dos elementos policiais (oficiais com funções de comando ou direção) a existência ou não de uma norma de execução da atividade policial, a forma da coordenação dessa atividade em todo o espaço territorial, entender como é encarado uma intervenção policial quando esta colide com direitos fundamentais dos cidadãos e entender as suas perceções sobre a forma como a população encara a atividade policial de forma a encontrar mecanismos de melhoria dessa atividade e uma maior legitimidade sociológica da intervenção policial.

5.2 Tipo de Estudo

Nas investigações científicas são vários os caminhos que podem ser percorridos. O presente estudo tem como base fundamental uma pesquisa bibliográfica, com objetivo de encontrar e entender os conceitos chave que dão suporte ao trabalho. Para que o fundamento encontre maior proeminência recorreremos a uma pesquisa de campo com recurso à entrevista de alguns oficiais da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Adotamos uma pesquisa exploratória, meramente descritiva e com abordagem qualitativa. Descritiva na medida em que alcançar a obtenção de dados representativo do fenómeno. Os dados foram adquiridos em diversas fontes como bibliotecas e pesquisas auxiliadas na internet.

5.3 Metodologia

A metodologia que optamos no presente trabalho baseia-se na recolha de uma amostra representativa dos oficiais com função de comando e direção na Polícia Nacional. Indo de acordo com o que diz Sousa e Batista (2011) o método qualitativo permite uma maior qualidade da recolha de informações e permite o investigador desenvolver o conceito e chegará à perceção dos fenómenos do padrão que resulta da análise de conteúdos.

5.3.1 Caraterização do Universo da Amostra

No presente estudo escolhemos trabalhar com oficiais da nossa Polícia, apresentando um universo total de 36 oficiais. Tendo em conta a particularidade do tema em estudo pretendeu-se entrevistar os oficiais com função de comando e direção para melhor entendermos as suas opiniões relativamente a realidade atual da atuação da policial em São Tomé e Príncipe.

A nossa unidade de análise corresponde a uma amostra composta por 7 oficiais, dentre os quais: 1 Intendente com função de direção, 1 subintendente com função de comando e 5 Subcomissários com funções de comando e direção. Embora o nosso propósito fosse um número mais alargado de entrevistas, as condicionantes de ordem espaço-geográfica, a recusa por parte de algumas pessoas e o constrangimento de ordem temporal ditaram a escolha de uma amostragem por conveniência (não probabilístico), o que torna o resultado valido apenas para este estudo caso.

5.4 Protocolo de Entrevista

Como entende Sarmento (2013), a entrevista é entendida por um conjunto de perguntas que servirá para recolha de um conjunto de informações através de discursos

individuais ou em grupo. Na conceção da autora, “a entrevista permite explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição presencial de um ou mais indivíduos. Os conteúdos são mais ricos em informação. Permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo” (Sarmento 2013, p. 28). Nesta ordem de ideias, e tendo em conta que o presente trabalho é limitado por uma recolha de dados e análise de conteúdos para que se possa obter resultados fidedignos e consistentes, com base no guião de doze questões (*vide* Apêndice B), tentaremos compreender na sua ótica, e enquanto parte integrante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, onde estão as grandes fragilidades e/ou lacunas na forma de atuar, encontrar uma forma de melhorar a atuação policial e consequentemente encontrar maior legitimidade por parte dos cidadãos mesmo com inúmeras fragilidades sociais e económicas vividas em São Tomé e Príncipe.

Foi nossa opção entrevistar os Oficiais com funções de comando e direção na Polícia Nacional. Foram entrevistados o ex-Comandante Geral da Polícia Nacional, o Comandante Distrital de Água Grande, 2º Comandante Distrital de Água Grande, Comandante Distrital de Lobata, o Comandante Distrital de Cantagalo, Diretora do Gabinete de Violência Doméstica e o Comandante do Grupo de Intervenção e Segurança. As entrevistas constam nos Apêndices C, D, E, F, G, H e I respetivamente, tendo como objetivo analisar a visão dos mesmos face à atuação policial, como tem sido a aceitação da população perante essa mesma atuação e o nível de preocupação da Polícia Nacional em atuar conforme mandam as regras do Estado de direito democrático. É ainda nosso objetivo procurar uma maior dinâmica de atuação com vista à melhoria da aceitação por parte da população e apresentar um resultado positivo na melhoria da atuação para fazer frente à fragilidade social que a Polícia enfrenta no seu dia-a-dia. A condução da entrevista foi norteadada por um guião semiestruturado (ver apêndice B), que contém questões relacionado com atuação da Polícia Nacional. As entrevistas foram efetuadas entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016 tendo sido antecipada por contactos formais prévios como forma de garantir a participação dos elementos em questão.

Sarmento (2013) entende que na entrevista semiestruturada o entrevistado responde as perguntas do guião na ordem que entender e possibilita que o entrevistado exprima melhor a sua opinião sobre o assunto. A entrevista semiestruturada é caracterizada pela existência de um guião previamente estruturado que serve de orientação no desenrolar da entrevista, procura garantir que vários participantes respondam as mesmas questões, mantendo um grau elevado de flexibilidade na exploração das questões.

Neste estudo e relativamente às entrevistas aplicadas aos oficiais da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, construiu-se um guião com 12 perguntas com pouco grau de dificuldade e entendimento de modo que os entrevistados não tivessem problemas em responder. Em seguida analisa-se as referidas questões:

1ª “Existe um modelo que padroniza a atuação na Policial Nacional?”

Nesta questão pretendia-se apurar a existência ou não de uma norma interna de execução da atividade policial. A resposta era direta.

2ª “Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?”

Pretendia-se com essa questão entender a forma de coordenação da atividade, fosse através das normas de coordenação ou através de diálogo.

3ª “Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos?”

Com essa questão pretendia-se entender a pertinência dos direitos fundamentais dos cidadãos para a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.

4ª “Existe algum diploma que orienta a ação de um agente no terreno?”

Nessa questão pretendia-se apurar os apoios que a estrutura de comando dá aos seus agentes na interpretação das normas jurídicas em matéria de atuação policial e consequente respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. O diploma referido trata de norma interna de execução e não da norma jurídica.

5ª “Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem polícia ou preferem resolver da sua maneira?”

Nessa questão pretendia-se entender até que ponto os cidadãos confiam na polícia para resolução dos seus problemas.

6ª “No seu entender, a população confia na polícia?”

Pretendia-se entender o ponto de vista dos entrevistados sobre a legitimidade sociológica da atividade policial.

7ª “Como a população encara uma intervenção policial?”

Tenta-se através desta questão entender a opinião que os cidadãos deixam transparecer sobre aceitação ou não da atividade policial.

8ª “No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?”

Nesta questão tenta-se colher subsídios para uma melhoria do trabalho que a Polícia presta aos nossos cidadãos.

9ª “No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe no que respeita aos direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão nas suas intervenções?”

Tenta-se com esta questão entender a preocupação da instituição relativamente ao respeito pelas regras do Estado de direito democrático.

10ª “A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança públicas ainda que com desrespeito dos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos?”

Entender qual nível de direitos fundamentais face à defesa de ordem e segurança pública.

11ª “São frequentes ou raros os excessos por parte dos agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?”

Essa questão vem tentar confirmar se a atuação Polícia Nacional se enquadra nas exigências do Estado de direito democrático.

12ª “Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?”

Pergunta totalmente aberta e que permite auscultar a opinião dos entrevistados sobre o assunto em questão.

5.5 Análise de Conteúdo

Na análise de dados recolhidos das entrevistas, pretendemos assegurar o tratamento de informações através dos resultados do seu conteúdo em conjuntos menores, recorrendo a análise de conteúdo. Para Sarmiento (2013, p. 48), a análise de conteúdo é entendida “como sendo uma metodologia utilizada nos estudos de conteúdo da comunicação, que analisa numericamente a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos ou palavras

agregando-as em categorias”. Ela corresponde ao tratamento dos resultados e a sua interpretação e permite processar uma análise crítica das informações recolhidas (Bardin 2009).

A análise de conteúdo possibilita o tratamento de informações de uma forma metódica que apresenta algum grau de complexidade, neste sentido é utilizado como uma técnica de entrevista (Quivy e Campenhoudt 2008). No desenvolvimento do presente estudo, o processo de codificação encontra-se exposto no apêndice J. Após o trabalho de codificação pertencente ao processo de entrevista proceder-se-á apresentação e análise dos resultados.

5.6 Apresentação e Análises dos Resultados

Analizadas as respostas obtidas nas entrevistas tendo por base as matrizes elaboradas, conforme os Quadros 1.1 a 12.1 (ver Apêndice J), verifica-se uma certa convergência entre as mesmas.

Relativamente à primeira questão, quando questionados sobre existência de um modelo que padroniza a atuação policial, todos os entrevistados responderam negativamente, conforme o Quadro 1. Os entrevistados consideram que “seria muito importante ter um modelo desse para que os procedimentos policiais fossem unânimes” (E-4).

Constatamos que “tem-se realizado, com normalidade, as reuniões semanais com todos os Comandantes discutidos vários assuntos que enfermam à Polícia e à sociedade em geral donde emanam normalmente algumas diretrizes das atuações da Polícia Nacional no terreno entre outras” (E-6).

Quadro 1: Análise de conteúdo da questão 1 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
Existência de modelo	Afirmativo	Sim 1.1								0
padronizado de atuação	Negativo	Não 1.2	x	x	x	x	x	x	x	7

No que concerne à segunda questão, sobre como é coordenado a intervenção policial em diferentes partes do país, quatro dos entrevistados dizem que essa coordenação é feita com recurso a reuniões ordinárias, dois afirmam que essa coordenação é feita com recurso a

diálogo promovido pelos comandantes distritais e apenas um dos entrevistados afirma não haver coordenação, (ver Quadro 2). Segundo os mesmos, “esta questão vem de encontro a uma das grandes carências que tem na Polícia Nacional que é a falta de comunicação, partilha de informação, a falta de meios de comunicação mais eficazes e céleres, e a falta de meios de transportes para que se possa deslocar em caso de pedido de auxílio” (E-1). “Existe uma reunião que é feita quinzenalmente pelos comandantes distritais e de unidades especiais, diretores dos vários gabinetes, onde são partilhadas as informações sobre os comandos e que daí também surgem diretrizes no sentido de adoção de boas práticas, naquilo que são as atribuições dos comandos e suas intervenções” (E-2). “A coordenação é feita entre o 2º Comandante Geral, o Inspetor Geral e os Comandantes Distritais ou Regional, mas cada comando distrital tem autonomia de atuação na sua área de jurisdição” (E-5). “Essa coordenação é feita com base no que vem estipulado na nossa lei orgânica mas também e sobretudo a base do diálogo promovido” (E-4).

Quadro 2: Análise de conteúdo da questão 2 da entrevista

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
Forma de coordenação da atividade		Dialogo 2.1			X	X				2
		Reuniões ordinárias 2.2		X			X	X	X	4
		Falta coordenação 2.3	X							1

Quanto à terceira questão, sobre qual o fim pretendido com a atuação policial e como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos, todos os entrevistados responderam que esse fim passa pela garantia da segurança interna. Para além disso, quatro dos entrevistados responderam que é também de afastar o perigo e dois responderam ser também de garantir direitos e liberdades dos cidadãos conforme apresentado no quadro 3.

Segundo os nossos entrevistados, pretende-se que seja uma “atuação que respeita as regras mais democráticas possível” (E-6), embora, “a Polícia vê-se muitas vezes obrigada a recorrer aos meios considerados necessários e legitimados pela lei em vigor, na prossecução desses fins” (E-3). Esses meios, muitas vezes, colidem com os direitos fundamentais dos cidadãos, desta feita, “a Polícia faz uso de tais meios com especial atenção” (E-3). Infelizmente em São Tomé e Príncipe temos algo que dificulta muito o trabalho dos polícias. O que mais afeta é “a forte interferência de entidades externa na atividade policial” (E-1).

“A polícia deve sempre evitar colidir com os direitos fundamentais dos cidadãos, mas ao mesmo tempo estes direitos podem ser lesados quando está em causa um bem superior, como a segurança e a tranquilidade pública” (E-1).

Alguns entrevistados consideram que, “quando houver essa colisão todos se viram contra a atuação policial, passado algum tempo já não se ouve falar do assunto, sendo que, infelizmente ficará sempre a mancha de uma má atuação policial que, aos olhos dos leigos, a grande falha é da polícia, mas aquele que está diretamente ligados às situações sabem que muitas das vezes os erros são derivados de fatores externos a Polícia, como a falta de condições de trabalho” (E-1).

Os entrevistados consideram que “a intervenção policial deve estar sempre subordinada às leis, o que leva a ser encarada de forma séria pelos órgãos fiscalizadores da ação policial (a própria sociedade ou os tribunais), sempre que este colide com os direitos fundamentais de forma a se apurar as responsabilidades” (E-2). Os mesmos consideram que, toda a atuação policial colide com direitos fundamentais dos cidadãos, no entanto o mais importante é que essa atuação não exceda o estritamente necessário (E-5).

Quadro 3: Análise de conteúdo da questão 3 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
Fim pretendido	Eficácia da atua	Afastar perigo 3.1	x		x	x	x			4
com atuação, seu	policial	Segurança interna 3.2	x	x	x	x	x	x	x	7
tratamento quando	Proteção de DLG	Garantia de DL 3.3		x				x		2
colide com DLG	dos cidadãos									

Na quarta questão, quando questionados sobre existência de algum diploma que orientam a ação de um agente no terreno, seis dos entrevistados responderam de forma negativa e apenas um respondeu positivamente, conforme consta no Quadro 4.

Pudemos apurar dos nossos entrevistados que, “há bem pouco tempo, durante a reunião quinzenal dos Oficiais com funções de comando se abordou a forte necessidade da criação de Normas de Execução Permanente (NEP)” (E-1).

Quadro 4: Análise de conteúdo da questão 4 da entrevista.

Categoria	Subcategori a	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
Existência de diplomas (NEPs) que orienta a ação no terreno	Sim	Existe 4.1		x						1
	Não	Não Existe 4.2	x		x	x	x	x	x	6

No que respeita à quinta questão, sobre se é comum as pessoas chamarem a polícia quando existir conflitos particulares ou se preferem resolver da sua maneira, cinco dos nossos entrevistados garantem que a população recorre sempre à polícia em casos de conflitos, dois dos nosso entrevistados entendem que algumas pessoas recorrem à polícia, mas outras preferem resolver a sua maneira, fazer justiça com próprias mãos (ver Quadro 5).

De uma forma global, os entrevistados entendem que na maioria dos casos chamam à polícia, no entanto ainda existem casos em que as pessoas tentam buscar a justiça própria, “normalmente esses casos acabam por chegar a polícia” (E-2). Essa minoria que não chama a polícia não tem muita confiança na atuação policial. Os entrevistados consideram que esta situação acontece por suas próprias culpas. “Devido às poucas condições de trabalho, não é possível dar resposta atempada a todas as solicitações. Por isso, em muitas situações, quando a polícia chega ao local a situação já foi resolvida” (E-1).

Quadro 5: Análise de conteúdo da questão 5 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
As pessoas recorrem as forças policiais quando houver conflitos particulares	Recorrem a polícia	Recorrem a Polícia 5.1		x	x	x		x	x	5
	Resolvem as coisas da sua maneira	Alguns recorrem e outros não 5.2	x				x			2

No que concerne à sexta questão, se no seu entender, a população confia na polícia, cinco dos entrevistados consideram que a esmagadora maioria da população são-tomense confia na sua polícia e dois dos entrevistados consideram que a população são-tomense não confia na polícia, conforme o Quadro 6

Os nossos entrevistados entendem que, a confiança que a população demonstra na polícia “é visível quando aumenta o sentimento de insegurança e a prática de crimes, a primeira instituição que é chamada para pôr cobro a estas situações é a Polícia Nacional” (E-

3). Para além disso, os mesmos consideram que a figura da Polícia Local²⁸ tem contribuído muito para aumentar essa confiança (E-3). Tem-se verificado uma maior confiança da parte da população face à Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, tendo em conta os diversos programas de proximidade que a Polícia vem desenvolvendo no seio da população, mas ainda existe “um longo caminho a percorrer” (E-1). Os mesmos consideram que esse caminho só depende dos próprios. Deve-se entender que “para a população confiar na Polícia tem que resolver os seus problemas e quanto mais se sente segura, maior será a confiança que tem para com a Polícia” (E-5).

Quadro 6: Análise de conteúdo da questão 6 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
A população confia na polícia	Sim	Confia na polícia 6.1		x	x	x		x	x	5
	Não	Não confia na polícia 6.2	x					x		2

Sobre a sétima questão, relativamente à forma como a população encara uma intervenção policial, quatro dos nossos entrevistados entendem que a população encara a intervenção policial como algo útil e necessário, dois dos entrevistados entendem haver duas vertentes, ou seja, uns como algo útil e necessário e outros como uma perturbação e um dos nossos entrevistados entende que a população encara com muita reserva a atuação policial (*vide* Quadro 7).

Segundo os nossos entrevistados, “por um lado, existem pessoas que colaboram e apoiam a polícia na sua intervenção, e por outro lado, há pessoas que dificultam e desobedecem a atuação/intervenção policial” (E-3). Os mesmos consideram que alguns elementos da população estão sempre “à espera de uma má atuação por parte da polícia, por isso se surpreendem quando há uma boa atuação” (E-1). “É um processo que pode ser ainda melhorado com campanhas de sensibilização sobre a intervenção e o papel da Polícia Nacional” (E-3).

Para os nossos entrevistados, felizmente tem havido cada vez mais um olhar crítico positivo à atuação policial. A intervenção policial tem mudado de um tempo pra cá, a maioria

²⁸ Polícia Local: criada pela Polícia Nacional e os seus elementos são eleitos pela população para garantir e redimir certos tipos de conflitos que ocorrem dentro das comunidades. São meros informadores. Está incluída dentro do Policiamento de proximidade. A população confia nessas pessoas e lhes passam informações sobre a comunidade.

da população já vê com bons olhos as intervenções policiais (E-6). “Já se encontra cidadãos que parabenizam o trabalho policial encorajando-os a fazer mais e melhor” (E-1).

Os entrevistados entendem que o normal é a população encarar uma atuação policial de forma negativa apenas quando essa atuação não vai de acordo com os seus interesses. De uma forma geral, pensa-se que a população tem visto o trabalho da Polícia Nacional com bons olhos e “cada vez mais está a confiar na Polícia visto que esta tem trabalhado no sentido de diminuir sentimento de insegurança através de várias ações de prevenção criminal” (E-5).

Quadro 7: Análise de conteúdo da questão 7 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
O encerrar da ação policial pela população	Como algo necessário	Útil e necessário 7.1		X				X	X	4
		Existe as duas vertentes 7.2			X	X				2
	Como algo desnecessário	Encara com muita reserva 7.3	X							1

Quanto à oitava questão, no que concerne às possibilidades para melhoria da aceitação do trabalho da polícia por parte da população, todos os entrevistados respondem que é possível melhorar essa aceitação. Quatro dos entrevistados apontam campanha de sensibilização como mecanismo para o efeito, dois dos entrevistados apontam programas de proximidade, dois apontam melhoria das condições de trabalho, um indicou a eficácia na atuação como mecanismo de uma melhor aceitação e um dos entrevistados indica a formação de quadros para uma melhor aceitação (ver Quadro 8). Os entrevistados entendem que a Polícia Nacional “ainda tem um longo caminho a percorrer” (E-1).

Quadro 8: Análise de conteúdo da questão 8 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
Forma de melhorar a aceitação do trabalho policial	Sim	Sensibilização 8.1			X	X	X		X	4
		Prog. de proximidade 8.2					X		X	2
		Eficácia na atuação 8.3						X		1
		Condições de trabalho 8.4	X		X					2
		Formação de quadros 8.5			X					1

Relativamente à nona questão sobre a preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe em respeitar os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão nas suas intervenções, todos os entrevistados afirmam ser uma preocupação constante, conforme o quadro 9.

Para os nossos entrevistados, essa é uma preocupação constante, visto que “a população está a evoluir e o respeito pelas autoridades quase que não existe” (E-3). “São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito Democrático, como tal, o cidadão, por mais delinquente que seja tem direitos e deveres, e cada vez mais a atuação policial pauta-se pelo respeito a estas normas constitucionais” (E-1). Segundo os mesmos, se as ações forem com base nos diplomas legais, certamente terão que respeitar os princípios ali estabelecidos. “A Polícia Nacional conta já com muitos quadros formados e que têm uma visão atual dessas matérias e tem presente no caso do desrespeito delas as consequências que poderão surgir e comprometer a instituição” (E-5).

Quadro 9: Análise de conteúdo da questão 9 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
Preocupação da PN em respeitar DLG.	Sim	Existe 9.1	x	x	x	x	x	x	x	7
	Não	Não Existe 9.2								0

No que concerne à décima questão, sobre a preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, se é a eficácia na defesa da ordem e segurança públicas ainda que com desrespeito dos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos, cinco dos entrevistados responderam que, na atuação policial prevalece o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, um dos entrevistados considera que deve prevalecer a eficácia policial mesmo com desrespeito dos direitos, liberdades e garantias e um dos entrevistados não respondeu a presente questão, como consta do quadro 10.

Pudemos apurar que “o respeito por esses direitos é o principal objetivo da polícia nacional. No entanto, muitas vezes esse objetivo não é bem conseguido por vários fatores, entres os quais pode ser por não dispor de meios suficientes para efetivar e garantir uma melhor proteção aos direitos fundamentais” (E-2). “O desrespeito dos direitos, liberdades e garantias só acontece em último caso para que se consiga assegurar um bem superior” (E-1). Como tal, a preocupação dominante da Polícia Nacional é de garantir o cumprimento da lei, indo de encontro ao juramento que se faz ao ingressar-se na corporação: “cumprir e fazer cumprir as leis” (E-1). Sempre que se põe em causa este cumprimento a polícia está legitimada a agir. Se essa atuação põe em causa direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a Polícia só atua se estiver em causa um direito ou um bem superior. Ex: Direito à vida (E-3).

Quadro 10: Análise de conteúdo da questão 10 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
Eficácia da atuação policial e respeito pelos DLG, qual prevalece	Eficácia policial	Prevalece Eficácia policial 10.1	x							1
	D.L e G dos cidadãos	prevalece os DLG 10.2		x	x	x	x	x		5

Relativamente à décima primeira questão, se são frequentes ou raros os excessos por parte dos agentes policiais e num caso ou noutro como os explica, seis dos entrevistados afirmam ter havido alguns excessos por parte da polícia e um responde que são frequentes os excessos. Quatro dos entrevistados afirmam que a falta de controlo por parte dos superiores está na base de alguns excessos que tem havido, três apontam a falta de formação contínua como uma das razões (ver quadro 11)

Para os nossos entrevistados, “em todas as instituições do Estado há sempre algumas falhas. A Polícia Nacional não está fora disso. Mas quando essas situações acontecem e que são do conhecimento superior, recorre-se sempre ao Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional” (E-3). Os mesmos afirmam que “a luta frequente é de erradicar definitivamente com os excessos por parte dos polícias” (E-1). Mas “não se consegue controlar tudo e todos, deve-se crer sim que tem havido alguns excessos, e alguns colocando seriamente em causa a imagem da Polícia Nacional que tanto luta para se elevar” (E-1).

Os nossos entrevistados consideram não haver razões que justificam estes excessos. “São situações que muitas vezes fogem ao controlo dos Comandantes” (E-1). O mecanismo que se usa é sempre o recurso às punições, mas sabe-se que a sensibilização também tem de estar presente. “A polícia deve ter atenção para que essas situações não se tornem práticas frequentes” (E-5).

Quadro 11: Análise de conteúdo da questão 11 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
São frequentes os excessos por parte da polícia	Tem havido alguns	Falta de controlo 11.1	x	x	x		x			4
		Falta de formação 11.2		x				x	x	3
	São frequentes	Tem havido excesso 1.3					x			1

Relativamente à décima segunda questão, se existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto, três dos entrevistados não tiveram mais que comentar. Para quatro dos entrevistados, “o que mais se nota em São Tomé e Príncipe é a falta de cumprimento das leis de uma forma geral pelas instituições públicas; também há muitas leis que foram aprovadas, mas são consideradas leis mortas porque a sociedade santomense ainda não está preparada para lidar com elas. Há direitos fundamentais dos cidadãos, inclusive dos próprios policiais a serem violados diariamente por falta daquilo que costumo chamar de falta de organização normativa. Quanto a isso, o país ainda tem muito trabalho para fazer e a Polícia Nacional também” (E-5).

Os mesmos afirmam que “as perguntas foram abrangentes dando a possibilidade de focar sobre todos os pontos que devem ser abordados, não só para a qualidade do trabalho, mas também identificar o que tem estado menos bem na instituição” (E-1). Os mesmos afirmam que serão “sempre otimistas e defensores da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe” (E-1). Crêem que “dias melhores virão, o importante é ser incisivo neste processo de mudança, (...) adaptar à realidade para que se consiga fazer algo melhor” (E-1). “Cada vez mais a sociedade vai se evoluindo e desenvolvendo. Esse desenvolvimento também vai-lhes permitir questionar as nossas ações e teremos que ter a capacidade de resposta para essas questões” (E-4).

Os nossos entrevistados entendem que a Polícia Nacional se tem desenvolvido muito no contexto da atuação desde o regresso dos quadros formados sobretudo em Portugal. Com o regresso destes, vieram com outra forma de ser e estar de polícia dando a Instituições uma notoriedade na sua atuação totalmente diferente. Para os mesmos, esta mudança leva o seu tempo como é normal, com o tempo de certeza que a Polícia Nacional estará em pé de igualdade com outras Polícias e com uma forma de atuação mais moderna em prol da população que são o motivo das suas existências (E-6).

Quadro 12: Análise de conteúdo da questão 12 da entrevista.

Categoria	Subcategoria	Unid. De Registo	Entrevistados							Unid de enumeração
			1	2	3	4	5	6	7	
Algum outro caso que queira mencionar	Não	Não existe 12.1		x	x				x	3
	Sim	Existe 12.2	x			x	x	x		4

CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES FINAIS

6.1 Confirmação dos Objetivos

Relativamente aos objetivos preconizados no início do trabalho, consideramos que todos foram cumpridos com sucesso. Através da revisão teórica, foi possível cumprir a descrição dos conceitos selecionados para abordar e através da parte prática foi possível entender que a Polícia Nacional tem trabalhado no sentido de melhorar a sua atuação e consequente aceitação da população. Atuar sempre no respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos e a legitimidade social é essencial na prossecução dos objetivos da instituição.

6.2 Resposta à Pergunta de Partida da Investigação

Será a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe uma Polícia legítima?

Através da informação recolhida, tendo por base o que foi explanado através da revisão literária, verifica-se que para uma polícia ser considerada legítima num Estado de direito democrático a sua atuação deve ser respeitadora do pilar essencial do Estado de direito democrático (dignidade da pessoa humana) e deve ser uma garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Confirmou-se ainda que na Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, a padronização do procedimento e uma melhor orientação com objetivo de melhorar a atuação policial e consequentemente aumento da legitimidade social é uma preocupação constante da Polícia Nacional.

Face à realidade do país e as condições de trabalho, muitas vezes a expectativa dos cidadãos são frustradas e isso leva a uma quebra de confiança por parte de alguns cidadãos. Neste sentido a Polícia Nacional tem vindo a trabalhar de forma a evitar essas situações. Mesmo com todas as dificuldades a Polícia Nacional é uma instituição acarinhada pela população e tem legitimidade dada por povo para levar a cabo as suas missões que é defesa efetiva dos direitos dos cidadãos. Desta forma e apoiado nos argumentos acima descritos, podemos afirmar que a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é uma polícia legítima do ponto de vista legal e social.

6.3 Conclusões Finais

Numa sociedade em permanente evolução as exigências são cada vez maiores, a forma de atuar das autoridades requer uma maior cautela e deve estar munido de um reconhecimento por parte da população de que a mesma seja útil e necessária para a sociedade. A sociedade são-tomense atual exige que a Polícia atue respeitando a dignidade da pessoa humana (pilar essencial do Estado de direito democrático) e os direitos constitucionalmente protegidos dos cidadãos. A Polícia deve centrar a sua atuação na resolução concreta dos problemas da população em matéria de segurança e tranquilidade dos mesmos.

Entendemos que os resultados obtidos vão ao encontro das teorias apresentadas, pois são diversos fatores que condicionam a aceitação do trabalho policial. Uma padronização dos procedimentos constitui uma das medidas necessárias e urgente na Polícia Nacional, isto é, criação de um departamento que interprete as normas jurídicas e crie procedimentos de atuação da Polícia através de normas internas de execução, tendo em conta que a eficácia na atuação também contribui para uma maior legitimidade social.

Concretamente sobre o objeto de estudo em causa, a atuação da Polícia Nacional, pudemos entender através dos nossos entrevistados que a polícia tem envidado esforços para que essa atuação “respeite as regras mais democráticas possível” (E-6), isto é, respeitadora de direitos, liberdades e garantias dos cidadão e respeitadora de aquilo que Guedes Valente (2014) considera ser pilar essencial do Estado de direito democrático: dignidade da pessoa humana.

A falta de meios (humanos e materiais) necessários na Polícia nacional constitui um problema sério e tem contribuído para uma ineficácia na atuação e perda de confiança da população. A campanha de sensibilização, o reforço de programa de proximidade, melhoria das condições de trabalho e consequente eficácia na atuação constituem as peças fundamentais para uma melhor aceitação do trabalho policial pela população.

Alguns excessos na atuação constituem uma preocupação e a Polícia tem envidado esforços de forma a erradicar esses excessos.

De forma geral, a população são-tomense encara a atividade da Polícia Nacional como útil, necessária e permissora de uma convivência pacífica na sociedade. Paralelamente, reconhecemos, assim como João Cravid (2015), que no seio de uma sociedade com inúmeras

debilidades económicas e sociais, a recompensa salarial tem um papel relevante, visto que faz parte de um dos objetos para que as necessidades básicas abordadas na teoria de Maslow sejam satisfeitas, logo, sem satisfação de tais necessidades a motivação dos elementos policiais para o exercício das suas funções com rigor é posto em causa.

6.4 Limitações do Presente Estudo

No decurso do presente trabalho deparámo-nos com inúmeras dificuldades que nos levou a readaptar o que inicialmente tínhamos planeado. Era nossa intenção fazer uma análise de São Tomé e Príncipe como Estado de direito democrático no sentido formal e material. Mas devido às limitações, como a impossibilidade de nos deslocarmos ao país, e realizar um estudo no local fez-nos repensar no objeto de estudo.

Sentimos algumas dificuldades relativamente à recolha de informação necessária para a realização do trabalho, dado que as entrevistas só puderam ser realizadas à distância, o que nos causou alguns constrangimentos na realização do nosso trabalho.

Outra condicionante do nosso trabalho foi o intervalo temporal, face à impossibilidade de efetuarmos o estudo de campo pessoalmente, aliado à tardança na entrega das informações que pretendíamos, fez-nos limitar a nossa metodologia à aplicação de entrevistas, onde, também era nossa intenção fazer uma análise quantitativa através de aplicação de questionários aos cidadãos beneficiários do trabalho policial de forma a apurarmos as suas satisfações relativamente ao trabalho prestado.

Não obstante o acima mencionado, consideramos que o estudo foi bem alcançado, transpõe todos os pontos que pretendíamos focar.

Investigações futuras

O presente estudo serve de contributo para o desenvolvimento de estudos científicos no que concerne à temática de melhoria da atuação, maior legitimidade do trabalho policial, como convergir estas melhorias no intuito de fortalecer a instituição e contribuir para que os elementos policiais estejam preparados para acompanhar a dinâmica da sociedade, encarando positivamente os desafios de um Estado de direito democrático.

Entendemos que a constante crítica sobre atuação da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e a necessidade de avaliar se o trabalho que a Polícia presta aos cidadãos vai de acordo aos anseios da população, poderão servir de objeto para um futuro estudo, dado que, devido às dificuldades encontradas durante a realização do trabalho, não nos foi possível ser mais ambiciosos. Por isso, deixamos aqui um desafio aos futuros investigadores.

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Diogo Freitas do. (1997). *Código do procedimento administrativo anotado*. (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Amaral, Diogo Freitas do. (2001). *Curso de Direito Administrativo*. II Vol. Coimbra: Coimbra editora.
- Andrade, José Carlos Vieira. (2009). *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*. (4ª ed), Coimbra: Edição Almedina, SA
- Andrade, José Carlos Vieira. (2009). *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*. (3ª ed), Coimbra: Edição Almedina, SA
- Andrade, José Carlos Vieira. (2011). *Lição de direito administrativo*. (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- André, Estevão. (2001). *A Polícia no Estado de Direito Democrático: Limite de actuação policial*. Lisboa: ISCPSI.
- António, Andrioli Inácio (2005). *A ideologia da “liberdade” liberal*. Espaço académico nº 53. Acedido em 07/02/2016, em www.espacoacademico.com.br/053/53andrioli.htm.
- António, Samuel de Conceição. (2006). *Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe: Contributo para melhoria da eficácia policial*. Lisboa: Instituto superior de ciência policiais e segurança interna.
- Bardin, Laurence. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, Mascarenhas. (1979). *História da polícia em Portugal*. Braga: Braga Editora
- Beleza, Teresa Pizarro. (1999). *Apontamento do direito processo penal*. (2ª Ed), Vol. III. Lisboa: AAFDL.
- Berlin, Isaiah. (1983). *Quadro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora universidade de Brasília.
- Cabral, Sars field. (1982). *O poder e o Estado: A necessidade de assumir a política*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Cabral, José Santos. (2007). *Uma incursão pela polícia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Caetano, Marcelo. (1990). *Manual de Direito Administrativo* (10.ª ed. - 3.ª reimpressão, revista e atualizada). Vol. II, pelo Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral. Coimbra: Almedina.

- Canotilho, José J. Gomes. & Moreira, Vital. (2007). *Constituição da República Portuguesa, Anotada* (vol. I) (6ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora
- Canotilho, José J. Gomes. (1999). *Direito constitucional e teoria da constituição*. (3ª ed.). Coimbra: Almedina
- Caupers, João. (2000). *Introdução ao direito administrativo. O direito e a justiça no dia de hoje*. Lisboa: Âncora editora
- Clemente, Pedro José Lopes. (2015). *Cidadania, policial e segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL
- Clemente, Pedro José Lopes. (2009). *A Ordem pública. In Reuniões e manifestações - Actuação policial*. (cord) Manuel Monteiro Guedes Valente. Coimbra: Edições Almedina.SA
- Correia, Eduardo Pereira. (2015). *Liberdade e Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL
- Coutinho, Clara Pereira. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Cravid, João Pedro L. (2015). *A liderança como fator de motivação: Um olhar à realidade da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISCPSI
- Decreto-Lei n.º 10/75, de 27 de agosto. *Diário da República*, I Série, n.º 14. Criou a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.
- Decreto-Lei n.º 25/2005, de 07 de novembro. *Diário da República*, I Série, n.º 31. Código de Procedimento Administrativo São-tomense.
- Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de abril. *Diário da República*, I Série, n.º 16. Regime Jurídico que extinguiu o Departamento da Polícia Nacional e criou o Comando Geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe.
- Decreto-Lei n.º 28/2009, de 26 de agosto. *Diário da República*, I Série, n.º 53. Estatuto do Pessoal das Forças e Serviços de Segurança de São Tomé e Príncipe.
- Dias, Mário Gomes. (2005). *Limites à actuação das forças e serviço de segurança*. In separata Polícia e Justiça, série III, n.º 6, Julho-Dezembro. Coimbra: Coimbra editora.
- Dias, Jorge de Figueiredo. (1993). *Direito penal Português – A consequência Jurídica do Crime*. Lisboa: Aequitas – Editorial notícias.
- Dias, Jorge de Figueiredo. (2004). *Direito processo penal*. (Coleção clássica jurídica – Reimpressão da 1ª edição) de 1974). Coimbra: Coimbra editora.
- Dias, Jorge de Figueiredo. & Andrade, M. C. (1992). *Criminologia – O homem delinquente e a sociedade homogena*. Coimbra: Coimbra editora.

- Espada, João Carlos. (1997). *Direitos Sociais da Cidadania*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda.
- Farias, Miguel J. (1992). *Direitos fundamentais e direitos do homem*. Lisboa: Escola Superior de Polícia.
- Farias, Miguel J. (1991). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem* (Vol. II). Lisboa: Escola Superior de Polícia.
- Faria Miguel. J. (2001). *Direito fundamentai e direitos do homem*. (3.^a ed), Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, José J. Antunes. (2014). *Os desafios da segurança contemporânea: Estado, identidade e multiculturalismo*. Lisboa: Pedro Ferreira-artes gráfico, Lda.
- Fortin, Marie Fabienne; Côté, José & Fillion, Françoise. (2009). *Fundamentos e etapas no processo de investigação*. Lisboa: Lusodidacta.
- Gomes, Carlos. Amado. (2011). *Texto disperso de direito constitucional*. Lisboa: AAFDL, Alameda da Universidade.
- Habermas, Jurgem. (1986). *Direito e Moral*. [traduzido do Alemão- *Recbt und moral (tanner lectures)*, aus «*faktizitat und geltung beitrage zur diskurstheorie des recbets und des demokratischen rechtsstates*» - Por Sandra Lippert (1999)]. Lisboa: Piaget Editora
- Hespanha António Manuel. (2009) *O caleidoscópio do direito e a justiça no dia de hoje*. (2^aed) Coimbra: Edições almedina, S.A
- Jerónimo, Patrícia. (2001). *O direito do homem à escala das civilizações: Proposta de análise do confronto dos modelos ocidental e islâmico*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Larenz, Karl, (1997). *Metodologia da ciência do direito*. (Tradução do alemão *Methologenielehre der rechtswissenschaft* de José Lamego). (3^a ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lei Constitucional n.º 7/90, de 20 de setembro. *Diário da República*, I Série, n.º 13. Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. *Diário da República*, I Série - A, n.º 155. Constituição da República Portuguesa - 7.^a Revisão Constitucional. Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, I Série, n.º 167. Lei de Segurança Interna Portuguesa. Assembleia da República.
- L'Heuillet, Hélène. (2004). *Alta Polícia Baixa Política – Uma visão sobre a polícia e a relação com o poder*. Lisboa: Editorial Notícias.
-

- Marques, João. Benedito de Azevedo. (1983). *Democracia, violência e Direitos Humanos*. S. Paulo – Brasil.
- Medeiros, Rui. (1998). *A decisão de inconstitucionalidade*. Lisboa: Edição da UCP.
- Meireis, Manuel Augusto Alves. (1999). *O regime das provas obtidas pelos agentes provedores em processo penal* Coimbra: Almedina.
- Miranda, Jorge. (1983). *Manual de direito constitucional*. (vol. I) Coimbra: Coimbra editora, Limitada.
- Miranda, Jorge. (1983). *Direito Constitucional: Direitos Fundamentais*. Lisboa: Escola Superior de Polícia.
- Miranda, Jorge. (1979). *Direito do Homem: Declaração universal; Pacto internacional; Convenção europeia*. Lisboa: Livraria petrony.
- Miranda, Jorge. (1979). *Regime sobre direitos, liberdades e garantias*. In *Estudo sobre constituição* (vol. 3). Lisboa: Petrony.
- Miranda, Jorge. (1999). *Os novos paradigmas do Estado social*. Acedido em 18/02/2016 em: <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/1116-2433.pdf>.
- Moncada, Luís. S. C. (2002). *Lei e Regulamentos*. Coimbra: Coimbra editora, Limitada
- Mora, Bruno. R. S. (2004). *A Polícia que temos – É a polícia que queremos? As perspetivas do cliente externo*. Lisboa: ISCPSI.
- Oliveira, José Ferreira de. (2015). *A manutenção da ordem pública em democracia*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL
- Oliveira, Mário. Esteves. & Gonçalves, Pedro Costa & Amorim, João Pacheco. (1997). *Código de Procedimento Administrativo*. Coimbra: Almedina.
- Palma, Patrícia Jardim da. (2012). *Liderança. Gestão de recursos humanos*. Lisboa: Editora RH.
- Quivy, Raymond. & Campenhoudt, Luc V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Raposo, João. (2006). *Direito Policial I*. Lisboa: Edições Almedina, SA.
- Sanpaio, Jorge Silva. (2012). *O dever de protecção policial de direito, liberdades e garantias*. Coimbra: Coimbra editora.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, Código deontológico de serviço policial Português.

- Santos, Aristófanis V. Cardoso dos. (20002). *O uso de força no exercício da função policial*. Lisboa: ISCPSI.
- Santos, Percile C. Pires dos. (2015). *Gestão de conflito organizacional: Uma abordagem sobre a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe*, Lisboa: ISCPSI.
- Santo, Paula Espírito. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: Génese, fundamento e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Sarmiento, Manuela. (2008). *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sarmiento, Manuela. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, Germano Marques da. (2001). *Ética policial e sociedade democrática*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Silva; Germano Marques da. (2005). *Sociedade e polícia: questão cultural, desafio ético: Lição Inaugural (1992/93)*. In: Volume Comemorativo dos 20 Anos, Almedina, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
- Silva; Germano Marques da. (1999). *Curso de processo penal*. Volume II, Lisboa: Verbo
- Silva, Vasco Pereira da. (1998). *Em busca de atos administrativos perdidos*. Coimbra: Edição Almedina, S.A
- Sousa, Rabindranath Capelo. (1995). *O direito Geral da personalidade*. Coimbra: Coimbra editora
- Sousa, A. F. (2009). *Discrecionariade na atuação policial*. In, Valente, Manuel Monteiro Guedes. (2009). (cord), *Reunião e manifestação- Atuação Policial* (pp. 215-232). Coimbra: Edições almedina. SA
- Sousa, Marcelo Rebelo de. (1999). *Lição de Direito Administrativo*. (Vol. I) Lisboa: Lex
- Sousa, Marcelo Rebelo de. & Matos, André Salgado de. (2014). *Direito administrativo geral: Introdução aos princípios fundamentais*. (5ª ed), Tomo I, Lisboa: Don queixote
- Sousa, Maria. José., & Baptista, Cristina Sales. (2011). *Como fazer Investigação, Teses e Relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Valente, Manuel Monteiro Guedes. (2009). *Teoria Geral do Direito Policial* (2.ª ed.). Coimbra: Almedina.

- Valente, Manuel Monteiro Guedes. (2012). *Teoria geral do direito policial*. (3ª ed), Lisboa: Edições Almedina. SA.
- Valente, Manuel Monteiro Guedes (2013). *Do Ministério Público e da Polícia: Prevenção criminal e acção penal como execução de uma política criminal do ser humano*. Lisboa: Universidade Católica Editora, Unipessoal, Lda.
- Valente, Manuel Monteiro Guedes. (2014). *Teoria geral de direito policial*. (4ª ed), Coimbra: Edições almedina, S.A
- Valente, Manuel Monteiro Guedes. (2006). *Da concordância prática da atuação policial*. In, Valente, M. M. G. (2009). (cord), *Reunião e manifestação- Atuação Policial* (pp. 291-298). Coimbra: Edições almedina. SA

APÊNDICES

APÊNDICES

Apêndice A: Pedido de autorização para a realização de entrevistas

Apêndice B: Guião de entrevista

Apêndice C: Entrevista ao ex-Comandante Geral da PNSTP, Sr. Intendente Roldão Boa Morte, em 03 de janeiro de 2016

Apêndice D: Entrevista ao Comandante Distrital de Lobata, Sr. Subcomissário Valdir da Cunha Lisboa, em 14 de janeiro de 2016

Apêndice E: Entrevista ao Comandante Distrital de Água Grande, Sr. Subintendente Domingos de Nascimento Papa, em 09 de fevereiro de 2015

Apêndice F: Entrevista ao Comandante distrital de Cantagalo, Sr. Subcomissário Eridson Trindade, em 17 de Novembro de 2015

Apêndice G: Entrevista ao Comandante Adjunto do Comando distrital de água grande, Sr. Subcomissário Percile dos Santos, em 15 de Dezembro de 2015

Apêndice H: Entrevista ao Comandante do grupo de intervenção e segurança, Sr. Subcomissário João Pedro Cravid, em 15 de Novembro de 2015

Apêndice I: Entrevista á Diretora do programa escola segura, Sr^a. Subcomissário Sheila Lima do Nascimento, em 20 de Novembro de 2015

Apêndice J: Quadros de 1.1 a 12.1 das matrizes das unidades de contexto e de registo das questões

Apêndice A

Pedido de autorização para a realização de entrevistas

Exmo. Senhor Diretor de Estágio

Comissário Nuno Pica dos Santos

Eu, Isac Costa Penhor, Aspirante a Oficial de Polícia n.º 18 ST/ 800006, do 28.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, subordinada ao tema “Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e o Estado de Direito Democrático: Uma Polícia ao Serviço da Democracia em São Tomé e Príncipe”, da qual é Orientador o Prof. Doutor Germano Marques da Silva, vem mui respeitosamente solicitar a V.^a Ex.^a se digne formalizar pedidos de autorização para a concessão de entrevistas/obtenção de dados relativos a forma de atuação da polícia Nacional de São Tomé e Príncipe às seguintes entidades:

1. 2º Comandante Geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe – Superintendente Kiakizike do Nascimento;

2. Assessor do Ministro da Administração Interna e ex-Comandante Geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe – Intendente Roldão Boa Morte;

3. Comandante distrital de água grande – Subintendente Domingos do Nascimento Papa

4. Comandante distrital de Mé-zochi – Subintendente Leonildo Quintas

5. Comandante da unidade especial de trânsito da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe – Subcomissário Mike Miguel

6. Comandante distrital de Lobata – Subcomissário Valdir da Cunha Lisboa

Comandante de Grupo de Intervenção e Segurança – Subcomissário João Pedro Cravid

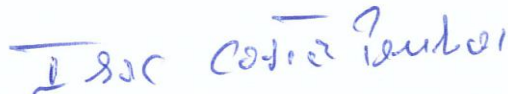
7. Comandante distrital de Cantagalo – Subintendente Manuel Ribeiro

A aplicação das entrevistas tem por objetivo recolher subsídio que possa contribuir para entender da melhor o tema em questão; tentar entender na ótica dos entrevistados e enquanto responsáveis principais, qual a melhor forma de adaptar o nosso tema de estudo à realidade da Polícia Nacional

O Aspirante a Oficial de Polícia Isac Costa Penhor, compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento

Lisboa e ISCPSP, 25 de Outubro de 2015



Isac Costa Penhor
AOP n.º 18ST/800006

Apêndice B

Guião da entrevista

GIÃO DE ENTREVISTA:

Esta entrevista enquadra-se na Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais cujo tema é “*A Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e o Estado de Direito Democrático: Uma polícia ao serviço da democracia em São Tomé e Príncipe*”.

O objetivo principal do presente trabalho consiste em desenvolver uma abordagem sobre a atuação policial no Estado de direito democrático e perceber se, no caso de Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, essa atuação se insere nos princípios democráticos, neste sentido, gostaria de ouvir a sua opinião sobre alguns aspectos que, no seu entender, possam contribuir para a melhoria da eficácia de atuação policial em São Tomé e Príncipe.

Nome _____ do _____ entrevistado:

Local: _____ Data ____/____/____ Hora do início: ____ Hora do fim: _____

Guião:

- 1 - Existe um modelo que padroniza a atuação na Policial Nacional?
 - 2- Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?
 - 3 - Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direito fundamentais dos cidadãos?
 - 4 - Existe algum diploma que orienta a ação de um agente no terreno?
 - 5 - Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem polícia ou preferem resolver da sua maneira?
 - 6 - No seu entender, a população confia na polícia?
 - 7 - Como a população encara uma intervenção policial?
-

8 – No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?

9 - No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe em respeitar os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão nas suas intervenções?

10- A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança públicas ainda que com desrespeito dos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos?

11- São frequentes ou raros os excessos por parte dos agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?

12- Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?

Apêndice C

Entrevista ao ex-Comandante Geral da PNSTP, em 03 de janeiro de 2016

1 - Existe um modelo que padroniza a atuação na Policial Nacional?

R: Em termos oficiais não temos, mais temos realizado com normalidade as reuniões semanais com todos os Comandantes discutidos vários assuntos que enfermam a Polícia e a sociedade em geral onde lá sai normalmente algumas diretrizes das nossas atuações no terreno entre outras.

2- Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?

R: São coordenadas entre o 2º Comandante Geral, o Inspetor Geral e os Comandantes Distritais ou Regional.

3 - Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos?

R: O fim pretendido que seja uma atuação que respeita as regras mais democrática possível e quando isso não acontece devo dizer que será uma frustração total. Neste sentido, o ator desta ação será responsabilizado disciplinarmente sobre a sua atuação.

4 - Existe algum diploma que orienta a ação de um agente no terreno?

R: A eficácia policial é subordinada ao direitos fundamentais.

5 - Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem polícia ou preferem resolver da sua maneira?

R: É claro que as pessoas chamam a Polícia. A Polícia é a única força policial vocacionada para dirimir conflitos entre particulares.

6 - No seu entender, a população confia na polícia?

R: A população confia sim na sua Polícia, a prova disso é que em muitos casos própria população tem ajudado a Polícia no seu trabalho diário.

7 - Como a população encara uma intervenção policial?

R: Como sabes, nem todos encaram a Polícia da mesma forma como é normal. Mais a intervenção policial tem mudado de um tempo a esta parte onde a população já vê com bons olhos as intervenções policiais.

8 – No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?

R: Sim. Envolver a população no serviço da Polícia na vertente de Policiamento de Proximidade/Comunitário.

9 - No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe em respeitar os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão nas suas intervenções?

R: É claro que sim. A atuação da Polícia Nacional tem obrigatoriamente que respeitar os DLG do cidadão.

10- A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança públicas ainda que com desrespeito dos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos?

R: Não.

11- São frequentes ou raros os excessos por parte dos agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?

R: Esses excessos têm acontecidos raramente fruto da melhoria da nossa atuação nos últimos anos fruto de desenvolvimento intelectual da Polícia Nacional.

12- Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?

R: Para dizer a verdade, a PN tem desenvolvido muito nesta área desde o regresso dos quadros formados sobretudo vindo do ISCPSI. Com os seus regressos, vieram com outra forma de ser e estar de Polícia dando a Instituições uma notoriedade na sua atuação totalmente diferente. Mais devo acrescentar que esta mudança leva o seu tempo como é normal, mais com o tempo tenho a certeza que estaremos em pé de igualdade com outras Polícias e com uma forma de atuação mais moderna em prol da nossa população que são o motivo da nossa existência.

Apêndice D

Entrevista ao Comandante Distrital de Lobata, em 14 de janeiro de 2016

1 - Existe um modelo que padroniza a atuação na Policial Nacional?

R: Existe. A PN atua com base nas leis nomeadamente, CRP, EFSS, LOPN, CPSTP, CPPSTP dentre outras normas.

2- Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?

R: PN é uma Polícia de âmbito geral e atua em todo o território nacional, as actividades são coordenadas pelo CG, mas cada comando distrital tem autonomia de atuação na sua área de jurisdição.

3 - Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos?

R: O fim pretendido com a atuação policial é o de garantir a segurança interna, ou seja, proteger pessoas e bens, assegurar o normal funcionamento das instituições públicas, garantir a segurança rodoviária, prevenir e repelir crimes, dentre outros.

Tendo em conta às missões nucleares, a PN deve atuar sempre em observância à lei, não há atuação policial que não colida com direitos, no entanto se essa atuação não exceder o estritamente necessário, não haverá problemas.

4 - Existe algum diploma que orienta a ação de um agente no terreno?

R: CRP, EFSS, LOPN, CPSTP, CPPSTP dentre outras normas.

Mas o que nos tem feito bastante falta são as NEP's.

5 - Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem polícia ou preferem resolver da sua maneira?

R: Existe sempre as duas vertentes.

6 - No seu entender, a população confia na polícia?

R: Para a população confiar na Polícia, ela tem que resolver os seus problemas e quanto mais se sente segura, maior será a confiança que tem para com a Polícia.

7 - Como a população encara uma intervenção policial?

R: Penso que falando do caso santomense em concreto, penso que a população tem visto o trabalho da PN com bons olhos e cada vez mais está a confiar na Polícia porque esta tem trabalhado no sentido de diminuir sentimento de insegurança com várias acções de prevenção criminal.

8 – No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?

R: Sim, sociedade evolui, o crime também logo a Polícia tem de acompanhar esta mudança socio-criminal e trabalhar sempre no sentido de melhor servir à população, prevenindo crimes e chamando a responsabilidade os delinquentes.

9 - No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe em respeita os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão nas suas intervenções?

R: Há sim esta preocupação, porque a sociedade santomense está a evoluir, a PN conta já com bastante quadros formados e que tem uma visão atual dessas matérias e tem presente no caso do desrespeito delas as consequências que poderão surgir e comprometer a instituição.

10- A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança públicas ainda que com desrespeito dos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos?

R: A atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos.

11- São frequentes ou raros os excessos por parte dos agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?

R: Aqui ou em qualquer lado do mundo há situações na qual há excesso, mas a polícia deve ter atenção para que essas situações não se tornem práticas frequentes. E, se assim for, a Polícia não estará a desempenhar bem o seu papel como o guardião desses mesmos direitos fundamentais e garantias.

12- Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?

R: O que mais se nota em STP é a falta de cumprimento das leis de uma forma geral pelas instituições públicas, também há muitas leis que foram aprovadas, mas são consideradas leis mortas porque penso que a sociedade santomense ainda não está preparada para lidar com elas.

Sinto-me triste porque há direitos fundamentais dos cidadãos, inclusive dos próprios policiais a serem violados diariamente por falta daquilo que costumo chamar de falta de organização normativa. Quanto a isso, o país ainda tem muito trabalho para fazer e a PN também.

Apêndice E

Entrevista ao Comandante Distrital de Água Grande, em 27 de janeiro de 2016

1 - Existe um modelo que padroniza a atuação na Polícia Nacional?

R: “Não existe.”

2- Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?

R: “É coordenada sob a orientação directa do Comando Geral.”

3 - Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos?

R: “É levar o sentimento de segurança aos cidadãos e aumentar a qualidade do serviço policial.”

4 - Existe algum diploma que orienta a ação de um agente no terreno?

R: “Não.”

5 - Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem polícia ou preferem resolver da sua maneira?

R: “Com o programa de Policiamento de Proximidade os cidadãos chamam e aproximam-se da Polícia.”

6 - No seu entender, a população confia na polícia?

R: “Nos últimos dias esta confiança aumentou.”

7 - Como a população encara uma intervenção policial?

R: “Encara como meio de confiança e segurança, mas os militares não encaram da mesma forma.”

8 – No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?

R: “É possível, com campanhas de sensibilização através dos medias e com o apoio do Governo.”

9 - No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe em respeita os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão nas suas intervenções?

R: “Existe, tendo em conta que na missão da Polícia este deve respeitar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.”

10- A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança públicas ainda que com desrespeito dos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos?

R:

11- São frequentes ou raros os excessos por parte dos agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?

R: “É raro. Se acontecer é derivado o mal entendimento entre a Polícia e o cidadão.”

12- Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?

R: “Não”

Apêndice F

Entrevista ao Comandante Do Comando Distrital de Cantagalo, em 17 de Novembro
de 2015

1 - Existe um modelo que padroniza a atuação na Policial Nacional?

R: “no que se refere ao cumprimento das normas legais penso que sim porque a actuação policial está subordinada a lei, é com base nas leis do país, como o código penal, processual penal, administrativo, código civil entre outros que baseiam-se a forma como devem ser, no que se refere as técnicas também acho que sim, uma vez que a actuação policial é executado com base nas técnicas que são transmitidas pelas formações, tanto a formação inicial, como as formações contínuas.”

2- Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?

R: “em situação normal, quem coordena as intervenções são os comandantes distritais, que por sua vez estão na dependência directa da direcção do comando geral, existe uma reunião que é feita quinzenalmente pelos comandantes distritais e de unidades especiais, directores dos vários gabinetes, onde são partilhado as informações sobre os comandos e que daí também surgem directrizes no sentido de adopção de boas práticas, naquilo que são as atribuições dos comandos., e suas intervenções.”

3 - Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos?

R: “defesa dos direitos, liberdades e garantias da população e também garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, portanto o fim principal é defender os direitos da pessoa. A intervenção policial deve estar subordinado as leis, sempre que este colide com os direitos fundamentais são encarados de forma seria pelos órgãos fiscalizadores da actuação policial, que são a próprias sociedade até os tribunais, de forma a se apurar as responsabilidades.”

4 - Existe algum diploma que orienta a ação de um agente no terreno?

R: “sim, o código penal, código processo penal, código civil as leis de trânsito entre outros regulamentos e despachos ministeriais e nepes do comando geral.”

5 - Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem polícia ou preferem resolver da sua maneira?

R: “na maioria dos casos chamam a polícia, no entanto ainda existem casos em que as pessoas tentam buscar a justiça própria, normalmente esses casos acabam por chegar a polícia.”

6 - No seu entender, a população confia na polícia?

R: “sim, maior parte.”

7 - Como a população encara uma intervenção policial?

R: “normalmente vêm como algo necessário para a sua própria segurança, mas muitas vezes consideram intervenção policial como exagerada.”

8 – No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?

R: “sim, melhorando o nível de formação dos agentes e chefes da polícia, promovendo campanhas de sensibilização dos próprios agentes e também da população, facultando ferramentas de trabalho adequadas aos agentes que vão para terreno, proceder um maior controlo interno das actividades policiais.”

9 - No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe em respeita os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão nas suas intervenções?

R: “sim, é uma preocupação constante.”

10- A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança públicas ainda que com desrespeito dos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos?

R: “o respeito por esses direitos é o principal objectivo da polícia nacional, no entanto muitas vezes esse objectivo não é bem conseguido por vários factores, entres os quais pode ser por causa da má actuação dos agentes, por não dispor de meios suficientes para efetivar e garantir uma melhor proteção aos direitos fundamentais.”

11- São frequentes ou raros os excessos por parte dos agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?

R: “são cada vez menos, pelo facto de haver uma preocupação com a formação dos agentes nesse sentido e também pelo aumento gradual de controlo interno para, bem como conversas constantes para se evitar as situações de excessos.”

12- Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?

R: “não”

Apêndice G

Entrevista ao Comandante Adjunto Do Comando Distrital de Água Grande, em 15
de Dezembro de 2015

1 - Existe um modelo que padroniza a atuação na Policia Nacional?

R: “No meu ponto de vista não existe na Policia Nacional de São Tomé e Príncipe um modelo padronizado de actuação policial. Embora considero que seria muito importante ter um modelo desse para que os procedimentos policiais fossem unanimes.”

2- Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?

R: “Eu acredito que a coordenação é feita com base no que vem estipulado na nossa lei orgânica mas também sobre tudo a base do diálogo promovido entre os comandantes distritais.”

3 - Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos?

R: “A actuação policial tem na sua essência diversos fins como por exemplo a ordem e tranquilidade públicas, prevenção e repressão da criminalidade, dentre outros fins. Normalmente é encarrada de forma negativa pela sociedade civil, sobre tudo, aqueles que gostam de desordem.”

4 - Existe algum diploma que orienta a ação de um Agente no terreno?

R: “Geralmente os agentes no terreno orientam a sua accção com base nos códigos penal e processo penal.”

5 - Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem a polícia ou preferem resolver da sua maneira?

R: “É comum chamarem a polícia para dirimir esses conflitos quando surgirem.”

6 - No seu entender, a população confia na PNSTP?

R: “No meu ponto de vista, tem-se verificado actualmente uma maior confiança da parte da população face PNSTP, tendo em conta os diversos programas de proximidade que a polícia vem desenvolvendo no seio da população.”

7 - Como a população encara uma intervenção policial?

R: “Normalmente a população encara a nossa actuação de forma negativa quando não vamos de acordo com os seus interesses.”

8 – No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?

R: “No meu entender sim. Continuando com a promoção dos diversos programas de proximidade e também a promoção de campanhas de sensibilização sobre diversas matérias policiais.”

9 - No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe em respeita os direitos, liberdades e garantias do cidadão nas suas intervenções?

R: “Eu acredito que sim, isto porque se nós pautarmos as nossas acções com base nos diplomas legais como são os casos do nosso código penal e processo penal certamente teremos que respeitar os princípios ali estabelecidos.”

10- A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança pública ainda que com desrespeito aos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito por estes direitos?

R: “No meu ponto de vista a eficácia da actuação policial é subordinada ao respeito pelos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos.”

11- São frequentes ou raros os excessos por parte dos Agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?

R: “Na minha opinião são frequentes. Isto explica-se pelo facto de alguns desses agentes não terem frequentemente o contacto com os diplomas legais que estabelecem esses princípios fundamentais.”

12- Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?

R: “Gostaria sobretudo, de enfatizar a pertinência desta temática para a PNSTP, isto porque cada vez mais a sociedade vai se evoluindo e desenvolvendo. Esse desenvolvimento também vai-lhes permitir questionar as nossas acções e teremos que ter a capacidade de resposta para essas questões.”

Apêndice H

Entrevista ao Comandante de Grupo de Intervenção e Segurança, em 15 de
Novembro de 2015

1 - Existe um modelo que padroniza a atuação na Policial Nacional?

R: “Penso que devido a nossa história, poderíamos dizer que o modelo que padroniza a atuação da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é o modelo português. Mas feliz ou infelizmente não é bem isso que vejo. Vejo uma polícia que adota diversos modelos consoante as suas necessidades.

Ainda não existem normas pré-definidas, ou seja, Normas de Execução Permanente (NEP) guie e todos agirem consoante as diretrizes pré-estabelecidas.”

2- Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?

R: “Esta questão vem de encontro a uma das grandes carências que temos da Polícia Nacional: a falta de comunicação, partilha de informação, a falta de meios de comunicação mais eficazes e céleres, e a falta de meios de transportes para que se possa deslocar em caso de pedido de auxílio.

As intervenções policiais tentam ser coordenadas, mas infelizmente não podemos dizer que haja grandes coordenações, pois a presente questão também remete para a falta de planeamento nas acções que são realizadas pela polícia.

Urge termos um gabinete de estudos e planeamento que realmente haja em conformidade com o nome.”

3 - Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos?

R: “Como não podia deixar de ser, a intenção da polícia é sempre de cessar a ameaça/perigo ou qualquer outra situação que ponha em causa a segurança, a tranquilidade e o bem-estar dos cidadãos.

Infelizmente em STP temos algo que dificulta muito o trabalho dos polícias (a politização das forças e serviços de segurança). Tudo está à volta dos interesses do Governo, e não sendo de todo errado defendermos estes mesmos interesses, o que mais prejudica é a forte interferência que os membros do Governo e/ou entidades de extrema relevância na sociedade são-tomense.

Por isso, e indo diretamente ao cerne da questão, penso que não é encarado da melhor forma, pois a polícia deve sempre evitar colidir com os direitos fundamentais dos cidadãos, mas ao mesmo tempo estes direitos podem ser lesados quando está em causa um bem

superior que é a segurança e a tranquilidade pública. Neste contexto, e sendo que a população tem memória curta, quando há essa colisão todos viram-se contra a actuação policial, mas passado algum tempo já não se ouve falar do assunto, mas infelizmente ficará sempre a mancha de uma má actuação policial que, aos olhos dos leigos, a grande falha é da polícia, mas nós que estamos diretamente ligados às situações sabemos que muitas das vezes os erros são derivados a fatores externos a nós, como a falta de condições de trabalho.”

4 - Existe algum diploma que orienta a ação de um agente no terreno?

R: “Infelizmente não. Aliás, há bem pouco tempo, durante a reunião quinzenal dos Oficiais com funções de comando é que se abordou sobre a forte necessidade da criação de Normas de Execução Permanente (NEP).”

5 - Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem polícia ou preferem resolver da sua maneira?

R: “Infelizmente temos de tudo. A população não tem muita confiança na actuação policial. Mas esta situação acontece por ‘culpa’ nossa. Devido às parcas condições de trabalho (meios de comunicação, efetivo e transportes) não é possível dar resposta, atempadamente, a todas as solicitações. Por isso, em muitas situações, quando chegamos ao local a situação já foi resolvida.”

6 - No seu entender, a população confia na polícia?

R: “Infelizmente a população não confia muito na PNSTP. Temos um longo caminho a percorrer. Um caminho que só depende de nós.”

7 - Como a população encara uma intervenção policial?

R: “Penso que a população encara com muitas reservas. Está sempre à espera de uma má actuação por parte da polícia, por isso se surpreendem quando há uma boa actuação da nossa parte.

Felizmente tem havido cada vez mais um olhar crítico positivo à actuação policial. Já se encontra cidadãos que parabenizam o nosso trabalho encorajando-nos a fazer mais e melhor.”

8 – No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?

R: “Claro que sim! Ainda temos um longo caminho a percorrer, porque infelizmente dá-me a sensação que muito pouco se fez durante estes 40 anos de independência e de

institucionalização da nossa polícia. Por isso, o caminho é “mais formação e modernização para melhor servir” (lema da comemoração do 40.º Aniversário da PNSTP).”

9 - No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe em respeita os direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão nas suas intervenções?

R: “Sim. Estamos num Estado de Direito Democrático, como tal, o cidadão, por mais delinquente que seja tem direitos e deveres, e cada vez mais a actuação policial pauta-se pelo respeito a estas normas constitucionais.”

10- A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança públicas ainda que com desrespeito dos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito destes direitos?

R: “Como já havia dito, o desrespeito dos DLG’s só acontece em último caso para que se consiga assegurar um bem superior que é a segurança de pessoas e bens. Como tal, a preocupação dominante da PNSTP é de garantir isto mesmo, indo de encontro ao juramento que se faz ao ingressar-se na corporação: “cumprir e fazer cumprir as leis”. Sempre que se põe em causa este cumprimento a polícia está legitimada a agir, mesmo que pondo em causa os DLG’s dos cidadãos.”

11- São frequentes ou raros os excessos por parte dos agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?

R: “É complicado dizer se são frequentes ou não, pois a nossa luta é erradicar definitivamente com os excessos por parte dos polícias. Mas sabemos que não conseguimos controlar tudo e todos, e creio sim que tem havido alguns excessos, e alguns colocando seriamente a imagem da PNSTP que tanto luta-se para elevar.

Neste contexto, não há razões que justificam estes excessos. São situações que muitas vezes fogem ao controlo dos Comandantes. O mecanismo que usamos é sempre o recurso às punições de acordo ao Regulamento Disciplinar vigente, mas sabemos que a sensibilização também tem de estar sempre presente.”

12- Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?

R: “De momento não. Penso que as perguntas foram abrangentes dando-me a possibilidade de focar sobre todos os pontos que considero que devem ser abordados, não só para a qualidade do seu trabalho, mas também colocando o ‘dedo na ferida’ e apontando o

que tem estado menos bem na nossa instituição. Mas serei sempre um otimista e defensor da PNSTP. Creio que dias melhores virão, o importante é sermos incisivos neste processo de mudança e não mudarmos a nossa personalidade, simplesmente adaptarmos à realidade para que se consiga fazer alguma coisa, pois o pior é bater de frente com o sistema. Temos de saber dar a volta.”

Apêndice I

Entrevista à Diretora do Gabinete de Violência Doméstica na PN, em 20 de
Novembro de 2015

1 -Existe um modelo que padroniza a atuação na Policial Nacional?

R: “Modelo propriamente dito, penso que não. A PNSTP actua de acordo com o estabelecido nas leis e constituição.”

2- Como é coordenada a intervenção policial nas diferentes regiões do País?

R: “A intervenção policial nas diferentes regiões do País é coordenada pelos Comandantes Distritais.”

3 - Qual o fim pretendido com a atuação policial? Como é encarado esse fim quando a intervenção colide com os direitos fundamentais dos cidadãos?

R: “O fim pretendido com a actuação policial é o que decorre dos dispositivos legais vigente no nosso Ordenamento Jurídico, nomeadamente, Constituição da República, Código Penal, Código Processual Penal, Lei Orgânica da PN, Estatuto das Forças e Serviços de Segurança, entre outras leis. Esse fim passa pela garantia da segurança interna, pela manutenção de ordem e tranquilidade públicas, pelo assegurar do cumprimento das leis e pela prevenção da criminalidade em todo Território Nacional. E para prosseguir os fins acima descritos a Polícia Nacional vê-se muitas vezes obrigada a recorrer os meios necessários e legitimado pela lei. Muitas os meus utilizados colidem os direitos fundamentais dos cidadãos, desta feita, a Polícia usa tais meios em especial atenção aos princípios de proporcionalidade *lato sensu*.”

4 - Existe algum diploma que orienta a ação de um Agente no terreno?

R: “No que concerne ao diploma que orienta a ação de um Agente no terreno, temos a Constituição da República, Código Penal, Código Processual Penal, Lei Orgânica da Polícia Nacional, O Código da Estrada e legislação Rodoviária no que respeita a Segurança Rodoviária e Lei da Violência Doméstica.”

5 - Nos conflitos entre particulares é comum as pessoas chamarem a polícia ou preferem resolver da sua maneira?

R: “Na nossa realidade os conflitos entre os particulares os Polícia são chamados muitas das vezes.”

6 - No seu entender, a população confia na PNSTP?

R: “Na minha opinião a população santomense na sua esmagadora maioria confia na polícia, e isso é visível quando aumenta o sentimento de insegurança e a prática de crimes, a primeira em instituição que é chamada para pôr cobro a estas situações é a Polícia Nacional.

Outro factor que me leva a opinar que a população confia na polícia é a figura da Polícia Local²⁹.”

7 - Como a população encara uma intervenção policial?

R: “Relativamente a esta questão, é de salientar que o encarar da população sobre a intervenção policial varia, isto porque, por um lado, existem pessoas que colabora e apoia polícia na sua intervenção, e por outro lado, há pessoas que dificultam e desobedecem a actuação/intervenção policial. É um processo que pode ser mudado com campanhas de sensibilização sobre a intervenção e o papel da Polícia Nacional enquanto uma força de segurança responsável pela garantia dos direitos fundamentais das pessoas e o assegurar da Ordem Pública.”

8 – No seu entender, é possível melhorar a aceitação do trabalho da polícia por parte da população? Se sim, de que maneira?

R: “Sim, é possível melhorar a aceitação do trabalho da Polícia por parte da população através das campanhas de sensibilização junto a diversas comunidades, seminários envolvendo diversas instituições, nomeadamente, os Tribunais, Ministério Público, outras FSS, Forças Armadas, as Câmaras e as ONG’s.”

9 - No seu entender, existe preocupação por parte da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe no respeito os direitos, liberdades e garantias do cidadão nas suas intervenções?

R: “Preocupação existe sim, porque as população está a evoluir e o respeito pelas autoridades quase que não existem.”

10- A preocupação dominante da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe é a eficácia na defesa da ordem e segurança pública ainda que com desrespeito aos direitos fundamentais dos cidadãos ou a eficácia da atuação policial é subordinada ao respeito por estes direitos?

R: “A PNSTP SÓ actua pondo em causa os DLG’s quando está em causa um direito um bem superior. Ex: Direito à vida.”

²⁹ Polícia Local: criada pela Polícia Nacional e os seus elementos são eleitos pela população para garantir e redimir certos tipos de conflitos que ocorrem dentro das comunidades. São meros informadores. Está incluída dentro do Policiamento de proximidade. A população confia nessas pessoas e lhes passam informações sobre a comunidade.

11- São frequentes ou raros os excessos por parte dos Agentes policiais? Num caso ou noutro como os explica?

R: “Como é toda as instituições do Estado há sempre algumas falhas. A nossa Polícia não está fora disso. Mas quando essas situações acontecem e que são do conhecimento superior, recorre-se sempre ao Regulamento Disciplinar da PNSTP.”

12- Existe algum outro facto que queira comentar sobre este assunto?

R: “Não.”

Apêndice J

Quadros de 1.1 a 12.1 das matrizes das unidades de contexto e de registo das questões

Quadro 1.1- Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 1.

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	-“Ainda não existem normas pré-definidas, ou seja, Normas de Execução Permanente (NEP) que guie e todos agirem consoante as diretrizes pré-estabelecidas”.	1.2
#2	- “no que se refere ao cumprimento das normas legais penso que sim porque a actuação policial está subordinada a lei”.	1.2
#3	“Modelo propriamente dito, penso que não. A PNSTP actua de acordo com o estabelecido nas leis e constituição”.	1.2
#4	- “No meu ponto de vista não existe (...). Embora considero que seria muito importante ter um modelo desse para que os procedimentos policiais fossem unânimes”.	1.2
#5	- “A PN atua com base nas leis nomeadamente, CRP, EFSS, LOPN, CPSTP, CPPSTP dentre outras normas”.	1.2
#6	- “Em termos oficiais não temos, mais temos realizado com normalidade as reuniões semanais com todos os Comandantes.”	1.2
#7	- “Não existe.”	1.2

Quadro 2.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 2.

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “As intervenções policiais tentam ser coordenadas, mas infelizmente não podemos dizer que haja grandes coordenações. Urge termos um gabinete de estudos e planeamento que realmente haja em conformidade com o nome.”	2.4
#2	- “Existe uma reunião que é feita quinzenalmente pelos comandantes distritais e de unidades especiais, directores dos vários gabinetes, onde são partilhado as informações sobre os comandos e que daí também surgem directrizes no sentido de adopção de boas práticas, naquilo que são as atribuições dos comandos., e suas intervenções.”	2.2
#3	“A intervenção policial nas diferentes regiões do País é coordenada pelos Comandantes Distritais.”	2.3

#4	- “Eu acredito que a coordenação é feita com base no que vem estipulado na nossa lei orgânica mas também sobre tudo a base do diálogo promovido entre os comandantes distritais.”	2.3
#5	- “As actividades são coordenadas pelo CG, mas cada comando distrital tem autonomia de atuação na sua área de jurisdição.”	2.2
#6	- “São coordenadas entre o 2º Comandante Geral, o Inspetor Geral e os Comandantes Distritais ou Regional.”	2.2
#7	- “É coordenada sob a orientação directa do Comando Geral.”	2.2

Quadro 3.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 3.

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Como não podia deixar de ser, a intenção da polícia é sempre de cessar a ameaça/perigo ou qualquer outra situação que ponha em causa a segurança, a tranquilidade e o bem-estar dos cidadãos. Penso que não é encarado da melhor forma, pois a polícia deve sempre evitar colidir com os direitos.”	3.1 3.2
#2	- “O fim principal é defender os direitos da pessoa.”	3.3
#3	“Esse fim passa pela garantia da segurança interna, pela manutenção de ordem e tranquilidade públicas, pelo assegurar do cumprimento das leis e pela prevenção da criminalidade em todo Território Nacional.”	3.1 3.2
#4	- “A actuação policial tem na sua essência diversos fins como por exemplo a ordem e tranquilidade públicas, prevenção e repressão da criminalidade, dentre outros fins.”	3.1 3.2
#5	- “O fim pretendido com a atuação policial é o de garante da segurança interna, assegurar o normal funcionamento das instituições públicas, garantir a segurança rodoviária, prevenir e repelir crimes, dentre outros.”	3.1 3.2
#6	- “O fim pretendido que seja uma atuação que respeita as regras mais democrática possível.”	3.3
#7	- “É levar o sentimento de segurança aos cidadãos e aumentar a qualidade do serviço policial.”	3.2

Quadro 4.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 4.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Infelizmente não.”	4.2
#2	- “sim, o código penal, código processo penal, código civil as leis de trânsito entre outros regulamentos e despachos ministeriais e nepes do comando geral.”	4.1
#3	“Temos a Constituição da República, Código Penal, Código Processual Penal, Lei Orgânica da Polícia Nacional, O Código da Estrada e legislação Rodoviária no que respeita a Segurança Rodoviária e Lei da Violência Doméstica.”	4.2
#4	- “Geralmente os agentes no terreno orientam a sua accção com base nos códigos penal e processo penal.”	4.2
#5	- “CRP, EFSS, LOPN, CPSTP, CPPSTP dentre outras normas. Mas o que nos tem feito bastante falta são as NEP’s..”	4.2
#6	- “Não.”	4.2
#7	- “Não.”	4.2

Quadro 5.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 5.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Infelizmente temos de tudo. A população não tem muita confiança na actuação policial.”	5.2
#2	- “Na maioria dos casos chamam a polícia.”	5.1
#3	- “Na nossa realidade os conflitos entre os particulares os Polícia são chamados muitas das vezes.”	5.1
#4	- “É comum chamarem a polícia para dirimir esses conflitos quando surgirem.”	5.1
#5	- “Existe sempre as duas vertentes.”	5.2
#6	- “É claro que as pessoas chamam a Polícia.”	5.1
#7	- “Os cidadãos chamam e aproximam-se da Polícia.”	5.1

Quadro 6.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 6.

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Infelizmente a população não confia muito na PNSTP.”	6.2
#2	- “sim, maior parte”.	6.1
#3	- “Na minha opinião a população santomense na sua esmagadora maioria confia na polícia”.	6.1
#4	- “No meu ponto de vista, tem-se verificado actualmente uma maior confiança da parte da população face PNSTP”.	6.1
#5	- “Para a população confiar na Polícia, ela tem que resolver os seus problemas e quanto mais se sente segura, maior será a confiança que tem para com a Polícia.”	6.2
#6	- “A população confia sim na sua Polícia”.	6.1
#7	- “Nos últimos dias esta confiança aumentou.”	6.1

Quadro 7.1- Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 7.

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Penso que a população encara com muitas reservas. Está sempre à espera de uma má actuação por parte da polícia”.	7.3
#2	- “normalmente vêm como algo necessário para a sua própria segurança, mas muitas vezes consideram intervenção policial como exagerada.”	7.1
#3	- “Por um lado, existem pessoas que colabora e apoia polícia na sua intervenção, e por outro lado, há pessoas que dificultam e desobedecem a actuação/intervenção policial”	7.2
#4	- “Normalmente a população encara a nossa actuação de forma negativa apenas quando não vamos de acordo com os seus interesses.”	7.2
#5	- “Penso que a população tem visto o trabalho da PN com bons olhos e cada vez mais está a confiar na Polícia”.	7.1
#6	- “A população já vê com bons olhos as intervenções policiais.”	7.1
#7	- “Encara como meio de confiança e segurança.”	7.1

Quadro 8.1 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 8.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Claro que sim! O caminho é “mais formação e modernização para melhor servir”.”	8.4
#2	- “Sim. Melhorando o nível de formação dos agentes e chefes da polícia, promovendo campanhas de sensibilização dos próprios agentes e também da população, facultando ferramentas de trabalho adequadas aos agentes que vão para terreno, proceder um maior controlo interno das actividades policiais.”	8.5 8.1 8.4
#3	- “Sim, através das campanhas de sensibilização junto a diversas comunidades, seminários envolvendo diversas instituições”	8.1
#4	- “Sim. Continuando com a promoção dos diversos programas de proximidade e também a promoção de campanhas de sensibilização.”	8.1 8.2
#5	- “Sim, sociedade evolui, o crime também logo a Polícia tem de acompanhar esta mudança socio-criminal e trabalhar sempre no sentido de melhor servir à população, prevenindo crimes e chamando a responsabilidade os delinquentes.”	8.3
#6	- “Sim. Envolver a população no serviço da Polícia na vertente de Policiamento de Proximidade/Comunitário.”	8.2
#7	- “É possível, com campanhas de sensibilização através dos mídias”.	8.1

Quadro 9.1- Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 9.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Sim. Estamos num Estado de Direito Democrático, como tal, o cidadão, por mais delincente que seja tem direitos e deveres, e cada vez mais a actuação policial pauta-se pelo respeito a estas normas constitucionais.”	9.1
#2	- “sim, é uma preocupação constante.”	9.1
#3	- “Preocupação existe sim, porque as população está a evoluir e o respeito pelas autoridades quase que não existem.”	9.1
#4	- “Eu acredito que sim, isto porque se nós pautarmos as nossas acções com base nos diplomas legais”	9.1

#5	- “Há sim esta preocupação, porque a sociedade santomense está a evoluir, a PN conta já com bastante quadros formados e que tem uma visão atual dessas matérias e tem presente no caso do desrespeito delas as consequências que poderão surgir e comprometer a instituição.”	9.1
#6	- “É claro que sim. A atuação da Polícia Nacional tem obrigatoriamente que respeitar os DLG do cidadão.”	9.1
#7	- “Existe, tendo em conta que na missão da Polícia este deve respeitar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.”	9.1

Quadro 10.1- Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 10.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “Sempre que se põe em causa este cumprimento a polícia está legitimada a agir, mesmo que pondo em causa os DLG’s dos cidadãos.”	10.1
#2	- “O respeito por esses direitos é o principal objectivo da polícia nacional”	10.2
#3	- “A PNSTP SÓ actua pondo em causa os DLG’s quando está em causa um direito um bem superior. Ex: Direito à vida.”	10.2
#4	- “No meu ponto de vista a eficácia da actuação policial é subordinada ao respeito pelos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos.”	10.2
#5	- “A actuação policial é subordinada ao respeito destes direitos.”	10.2
#6	- “A eficácia policial é subordinada aos direitos fundamentais.”	10.2
#7	-	

Quadro 11.1- Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 11.

Entrevistas	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “É complicado dizer se são frequentes ou não, pois a nossa luta é erradicar definitivamente com os excessos por parte dos polícias”	11.1

#2	- “São cada vez menos, pelo facto de haver uma preocupação com a formação dos agentes nesse sentido e também pelo aumento gradual de controlo interno para, bem como conversas constantes para se evitar as situações de excessos.”	11.1 11.2
#3	- “Quando essas situações acontecem e que são do conhecimento superior, recorre-se sempre ao Regulamento Disciplinar da PNSTP.”	11.1
#4	- “Na minha opinião são frequentes. Isto explica-se pelo facto de alguns desses agentes não terem frequentemente o contacto com os diplomas legais que estabelecem esses princípios fundamentais.”	11.3
#5	- “Aqui ou em qualquer lado do mundo há situações na qual há excesso, mas a polícia deve ter atenção para que essas situações não se tornem práticas frequentes.”	11.1
#6	- “Esses excessos têm acontecidos raramente fruto da melhoria da nossa atuação nos últimos anos fruto de desenvolvimento intelectual da Polícia Nacional.”	11.2
#7	- “É raro. Se acontecer é derivado o mal entendimento entre a Polícia e o cidadão.”	11.2

Quadro 12.1- Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 12.

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de Registo
#1	- “De momento não. Penso que as perguntas foram abrangentes dando-me a possibilidade de focar sobre todos os pontos que considero que devem ser abordados.”	12.1
#2	- “não.”	12.1
#3	- “Não.”	12.1
#4	- “Gostaria sobretudo, de enfatizar a pertinência desta temática para a PNSTP, isto porque cada vez mais a sociedade vai se evoluindo e desenvolvendo. Esse desenvolvimento também vai-lhes permitir questionar as nossas acções e teremos que ter a capacidade de resposta para essas questões.”	12.2
#5	- “O que mais se nota em STP é a falta de cumprimento das leis de uma forma geral pelas instituições públicas, também há muitas leis que foram aprovadas, mas são consideradas leis mortas porque penso que a sociedade santomense ainda não está preparada para lidar com elas. Há direitos fundamentais dos cidadãos, inclusive dos próprios policiais a serem violados diariamente por falta daquilo que costumo chamar de falta de organização	12.2

	normativa. Quanto a isso, o país ainda tem muito trabalho para fazer e a PN também.”	
#6	- “A PN tem desenvolvido muito nesta área desde o regresso dos quadros formados sobretudo vindo do ISCPSI. Com os seus regressos, vieram com outra forma de ser e estar de Polícia dando a Instituições uma notoriedade na sua atuação totalmente diferente. Esta mudança leva o seu tempo como é normal, mais com o tempo tenho a certeza que estaremos em pé de igualdade com outras Polícias e com uma forma de atuação mais moderna em prol da nossa população que são o motivo da nossa existência.”	12.2
#7	- “Não”.	1.1

ANEXOS

ANEXOS

Anexo K: Organigrama da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

Anexo L: Categorias profissionais da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

Anexo M: Decreto n.º 42 223/59, de 18 de abril criou o Corpo de Polícia de Segurança Pública de São Tomé e Príncipe

Anexo N: Decreto n.º 43 527/61, de 8 de março criou o Corpo de Polícia de São Tomé e Príncipe

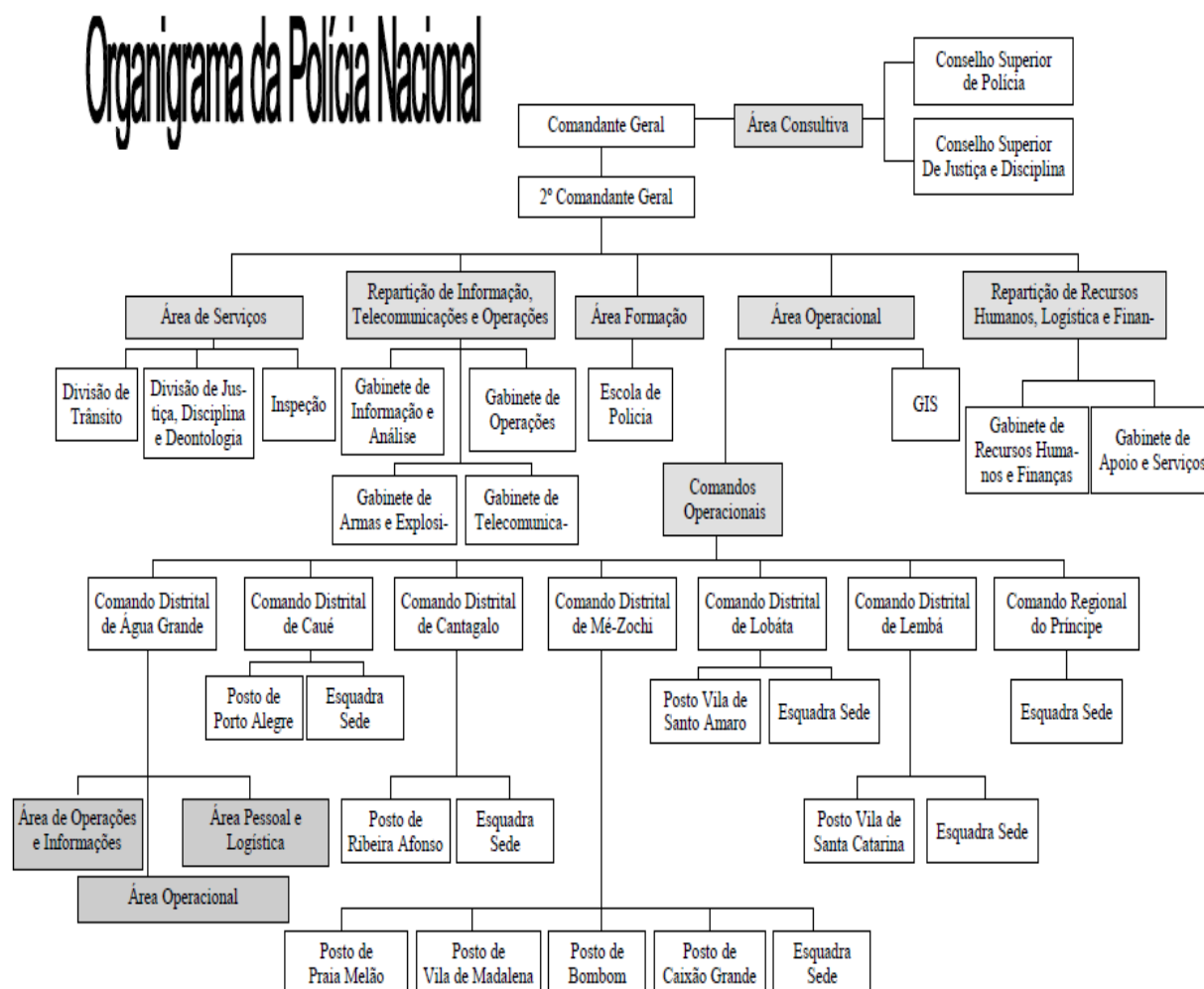
Anexo O: Decreto-Lei n.º 10/75, de 27 de agosto criou a Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

Anexo P: Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de abril extinguiu o Departamento e criou o Comando Geral da Polícia de São Tomé e Príncipe

Anexo K

Organigrama da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

ORGANIGRAMA DA POLÍCIA NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Anexo L

Categorias profissionais da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe

CATEGORIAS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



SUPERINTENDENTE



INTENDENTE



SUBINTENDENTE



COMISSÁRIO



SUBCOMISSÁRIO



CHEFE DE
ESQUADRA



SUBCHEFE
PRINCIPAL



1.º SUBCHEFE



2.º SUBCHEFE



AGENTE
PRINCIPAL



AGENTE DA
1.ª CLASSE



AGENTE DA
2.ª CLASSE